

António Pedro Palmeira e Álvares Pereira de Lima

**As boas práticas de inserção social no e pelo desporto
— Estudo sobre os Atletas Paralímpicos**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2011**

António Pedro Palmeira e Álvares Pereira de Lima

**As boas práticas de inserção social no e pelo desporto
— Estudo sobre os Atletas Paralímpicos**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2011**

Trabalho apresentado à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Minorias.

Resumo

Este trabalho foca a questão das boas práticas de inserção social no e pelo desporto. Trata-se de um estudo relacionado com o projecto internacional de investigação POPUDIS (Políticas Públicas de Inserção Social no e pelo Desporto), no quadro de uma parceria entre a Universidade de Nantes e a Universidade Fernando Pessoa. Inicialmente com um foco geral, a investigação focou uma população minoritária mais específica pelas suas características: os desportistas — e mais especificamente os atletas de alta-competição — nas modalidades paralímpicos. Isso, com o propósito de, no contexto português, averiguar o posicionamento do desporto paralímpico, e da população minoritária em questão, face às políticas públicas desenvolvidas com o intuito de contribuir para seu apoio.

Esta aplicação prosseguiu para a sua concretização objectivos específicos, consistindo, num primeiro tempo, numa *análise teórica da relevância do desporto como vector de inserção social* em Portugal, e o enquadramento dos movimentos associativos existentes ligados ao desporto paralímpicos, tomando em consideração o quadro institucional próprio.

Num segundo momento, este trabalho esboça uma análise crítica sobre a *realidade da inserção social através do desporto para os próprios praticantes*, tendo em vista um problema específico: o papel do desporto, não só para a inserção social de forma geral, mas para o dia-a-dia dos atletas paralímpicos, para as melhorias do seu desenvolvimento enquanto membros de um grupo minoritário titular de direitos fundamentais especiais para a preservação da sua igualdade e da sua dignidade enquanto cidadãos.

Abstract

This work focuses on the issue of good practices in and through sport. It is a study related with the international project POPUDIS (Public Policies of Social Insertion in and through Sport), within the scope of a partnership between the University of Nantes and the University Fernando Pessoa. At first of general focus, this study was progressively narrowed in order to deal with a more specific minority population: sport persons — and more specifically High Performance sport persons — in the field of paralympic modalities. The purpose of such a study is to analyse, in the context of Portugal, the position of paralympic sport and of the specific minority population under study, as regards public policies aiming at supporting their activity.

This study was applied according to specific goals, namely — for the first of them — the *theoretical analysis of the relevance of sport as vector of social insertion* in Portugal, and the complementary study of the scope of the civil society movement linked to paralympic sport, taking into account its institutional scope.

The second specific goal consists in drawing — using field analysis — a critical *picture on the reality of social insertion through sport as participants describe it*. This, bearing in mind the following question: what is the role of sport, not only for social integration in general, but in practice, for the daily life of paralympic sport persons, for the their development as members of a minoritarian group for which fundamental rights must guarantee the preservation of their equality and their dignity as citizens.

Résumé

Ce travail aborde la question des pratiques considérées comme les meilleures pratiques en ce qui concerne l'insertion sociale dans et par le sport. Il s'agit d'une étude liée au projet international POPUDIS, qui fait suite à un projet en partenariat entre l'Université de Nantes et l'Université Fernando Pessoa. Bien que sa perspective ait été initialement plus large, cette recherche a progressivement restreint son champ d'étude pour s'intéresser plus spécifiquement à une population minoritaire de par ses caractéristiques sociales spécifiques : les sportifs — et plus spécifiquement les sportifs de haut niveau — dans les disciplines paralympiques. Ce, en ayant pour objectif d'évaluer, dans le contexte portugais, le positionnement du sport paralympique, et des membres de la population minoritaire en question, face aux politiques publiques développées dans le but de contribuer à les épauler.

La mise en oeuvre de cette recherche s'est concrétisée par la poursuite d'objectifs spécifiques, le premier d'entre eux consistant en une *analyse théorique de la relevance du sport en tant que vecteur d'insertion sociale* au Portugal, et de l'encadrement du mouvement associatif lié au sport paralympique — en considérant les éléments qui caractérisent son cadre institutionnel.

Dans un second temps, ce travail cherche à ébaucher une *analyse critique sur la réalité de l'insertion sociale à travers le sport du point de vue des sportifs*, en ayant à l'esprit un problème de fond : le rôle du sport, non seulement en vue de l'insertion sociale de façon général, mais pour l'amélioration du quotidien des sportifs paralympiques et pour leur développement en tant que membre de groupes spécifiques titulaires de droits fondamentaux spéciaux visant la préservation de leur égalité et de leur dignité citoyenne.

AGRADECIMENTOS

Desde logo o autor deste trabalho agradece ao seu Orientador Professor Doutor João Casqueira Cardoso o apoio e disponibilidade para com este na elaboração deste trabalho, que continua o trabalho desenvolvido e apresentado em momento anterior, aquando da conclusão da sua licenciatura.

Agradece também neste momento a todos os que colaboraram directamente neste percurso de vida académica, presentes e ausentes, bem como a toda a minha família alargada no apoio incondicional que me dispensaram e justificaram e compreenderam nas minhas ausências de foro profissional.

Igualmente agradece aos Atletas Alexandrino Silva e João Correia pela sua pronta colaboração e disponibilidade, e amizade!

Por fim, saliento a minha família directa em todo apoio que me deram.

INDICE GERAL

	Pg.
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1. A relevância do desporto como prática social	4
1. O desporto como actividade social de relevo	4
2. O enquadramento jurídico do desporto em Portugal	8
3. O desporto adaptado	10
CAPÍTULO 2. O desporto como vector de inserção social	13
1. A noção de exclusão social	13
2. A noção de inserção social	15
3. O papel do desporto na inserção social	17
4. As boas práticas no desporto como vector de inserção Social	19
4.1. A necessidade de boas práticas	19
4.2. Relativamente à prática desportiva da União Europeia	21
4.3. Relativamente aos benefícios do desporto	21
4.4. Relativamente à dimensão social do desporto	21
4.5. Relativamente à intervenção da União Europeia nesta área	22
5. Função social do clube desportivo popular	24
CAPÍTULO 3. Fundamentação: razão de ser da escolha do desporto paralímpicos	30
1. Principais questões para o enquadramento do trabalho	32
2. Estudo da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes	36
2.1. Contextualização	36
2.2. FPDD: organização nacional e internacional	37
2.3. Associados nacionais	38

2.4. Associados internacionais	38
2.5. Objectivos da FPDD	39
2.6. Situação desportiva desde 2008/2009	42
2.7. Elementos desportivos 2008/2009	42
2.8. Atletas do subsistema de Alto Rendimento e Selecções Nacionais/ Modalidades	43
2.9. Financiamento – Apoios institucionais	45
2.10. Modalidades apoiadas da actividade desportiva pelas AADD	46
2.11. Galardões e Prémios	47
3. Comité Paralímpico de Portugal	48
4. Associação Nacional de Atletismo em Cadeiras de Rodas	49
CAPÍTULO 4. Estudo empírico	51
1. Enquadramento e metodologia	51
2. Aplicação do estudo	52
2.1. Entrevistas	52
2.2. Dados sócio-demográficos	52
2.3. Perguntas efectuadas e respostas	54
3. Análise das entrevistas	62
CONCLUSÃO	65
BIBLIOGRAFIA	68
LEGISLAÇÃO	71
ANEXOS	72

INDICE DE FIGURAS

Figura 1. O atleta Alexandrino Silva	Pg. 1
Figura 2. O atleta João Correia	1

INDICE DE GRÁFICOS

	Pg.
Gráfico 1. Percentagem da frequência observada do grau de importância do desporto para a integração social de deficientes físicos	33
Gráfico 2. Percentagem da frequência observada do grau de importância do desporto para a integração social de deficientes mentais	34
Gráfico 3. Modalidades desportivas de cidadãos portadores de deficiências	44

INDICE DE QUADROS

	Pg.
Quadro 1. Frequência esperada, observada, percentagem e resíduo para o grau de importância do desporto no processo de integração social e desenvolvimento da pessoa	32
Quadro 2. Frequência e Hierarquia de medianas (HM) para a diferença entre homens e mulheres face à importância do desporto como forma de integração social nas diferentes populações	35
Quadro 3. Teste Mann Whitney (M-W), estatística de Z e p-valor para a diferença entre homens e mulheres face à importância do desporto como forma de integração social nas diferentes populações	36
Quadro 4. Elementos desportivos 2008/2009	42
Quadro 5. Estatuto, Percurso e Selecções Nacionais	43
Quadro 6. Praticantes no Regime de Alto Rendimento e Selecções Nacionais	44
Quadro 7. Apoio deste último INR	45
Quadro 8. Desenvolvimento da Actividade Desportiva por ANDD	46

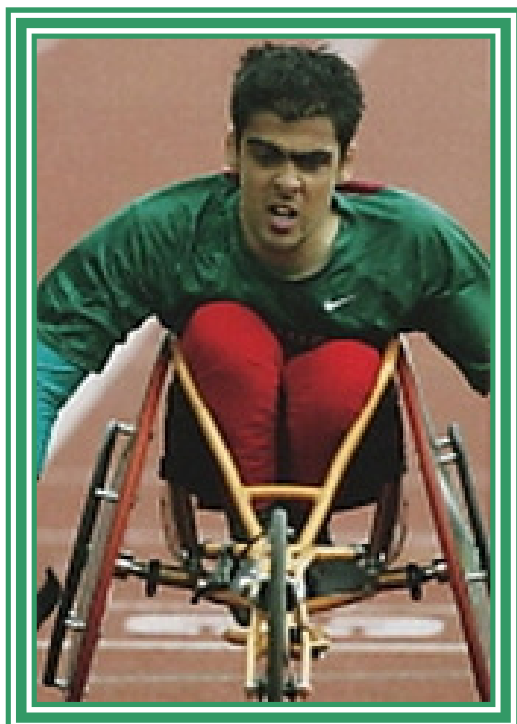
Querer é poder

**Ter força, para vencer
Quando surge a adversidade
Mais vale querer...que poder
Nos mostra a realidade!**

**Mesmo a maior, dificuldade
Seja a saltar, ou a correr
Nem a dor, nem a ansiedade
Faz qualquer jogo, perder!**



Figura 1. O atleta Alexandrino Silva



**Têm amor, ao desporto
Coragem, mostram no rosto
Deus os está, a guiar**

**Presença honrosa, marcaram
Nobre exemplo, nos deixaram
Para toda a vida, lembrar!**

Matilde Silva

Figura 2. O atleta João Correia

INTRODUÇÃO

A questão do desporto é, intuitivamente, uma questão ligada à inserção social. O jovem que joga futebol com os amigos fomenta laços sociais, para além de desenvolver uma saúde desejável; mulheres, ao praticarem o mesmo desporto em pleno parco público, fomentam uma luta contra os preconceitos e o machismo social; idosos que reúnem numa piscina todas as manhãs tecem preciosas relações, factores de luta contra o isolamento.

Mas essas observações gerais não passam, precisamente, disso mesmo: observações gerais. O pesquisador e o profissional do Social deve, enquanto profissional vocacionado para a intervenção, ir mais longe — questionar o porquê, o como, o quando. Esta pesquisa teve precisamente a sua génese num projecto de investigação com relevância para a interrogar, numa perspectiva nacional e comparada, o papel do desporto como vector de inserção social *por se*, de forma *directa* ou como vector *indirecto* de inserção social.

O projecto referido, ao qual o autor deste projecto foi associado enquanto discente da Universidade Fernando Pessoa intitula-se: “Políticas Públicas, Desporto e Inserção Social — A Inserção Social *no e pelo* Desporto” — título que reenvia ao papel directo e indirecto do desporto como vector de inserção social. O Projecto agora apresentado “As boas práticas de inserção social *no e pelo* desporto – Estudo sobre os Atletas Paralímpicos” retoma, na sua matriz conceptual, as principais orientações do projecto. Foca-se, em primeiro lugar, sobre o contexto e a relevância da prática desportiva em Portugal. Com efeito, nem fazia sentido aplicar um projecto internacional, essencialmente marcado pelo contexto francês, sem analisar a realidade portuguesa na sua especificidade própria. Este trabalho prossegue portanto, com uma análise específica de carácter empírico, onde o projecto de investigação acima referido acabava, e perspectiva uma análise realidade da inserção social pelo desporto, mas sobretudo *no* desporto — de forma *directa* — no contexto português.

Porquê esta opção? Porquê uma análise do desporto dos paralímpicos como vector directo de inserção social, nas práticas dos clubes, dos associados, dos praticantes, dos interessados directos e dos agentes mais imediatos do desporto? Porquê não um estudo de impacto do desporto sobre populações vulneráveis?

A resposta é principalmente metodológica e, dentro desta metodologia, teleológica: o objectivo deste estudo é a identificação de boas práticas realizadas pelos intervenientes directos do desporto, tendo em vista a inserção social de populações precisamente vulneráveis. Portanto, a inserção social pelo desporto não fica de lado, mas aparece como um aspecto complementar deste estudo.

A estrutura do trabalho divide em quatro capítulos. Os dois primeiros momentos do estudo visam delinear o contexto teórico do estudo, um aspecto essencial para uma aproximação esclarecida, informada, das várias questões em apreço. Primeiro, analisa-se a *relevância do desporto como prática social*, de modo geral (Capítulo 1.); segundo, estuda-se em pormenor o *desporto como vector de inserção social* (Capítulo 2.). O terceiro momento do estudo consiste na *racionalização de fundo do estudo* — a sua fundamentação, ou a razão de ser da escolha do desporto paralímpicos (Capítulo 3.). Importa., com efeito, especificar as características grupais e individuais que fazem dos atletas do desporto paralímpico uma minoria social própria. O último momento apresenta o *estudo empírico*, que permitiu recolher as percepções de dois atletas paralímpicos, percepções devidamente reportadas e incluídas na análise dos dados recolhidos, com a finalidade de alimentar o debate sobre os problemas identificados (Capítulo 4.).

CAPÍTULO 1.

A relevância do desporto como prática social

1. O desporto como actividade social de relevo

A procura da busca da relevância social do desporto passa, antes de mais, pela procura do sentido que foi dado à actividade pelos seus estudiosos sociais, e mais especificamente pelos filósofos. Em Portugal, coube a Manuel Sérgio ser o grande filósofo do desporto, com vários títulos publicados numa área em que se escreve pouco e se reflectem as questões de fundo ou seja a filosofia de vida desportiva. Na sua tese de doutoramento, invocou pela primeira vez a necessidade da criação de "Faculdades de Motricidade Humana", como sinal evidente de "Educação" Física. Essa sua forma de ver a realidade, de pensar a organização do mundo face ao desporto, e do desporto face ao mundo, viera contribuir para a fama desta área inovadora. A sua obra aborda a evolução da concepção do desporto ao longo dos tempos e das sociedades para explicar a necessidade da sua reorientação e redimensionamento face à diferente realidade dos dias que correm (Sérgio, 2001, p. 11):

O Desporto é uma *praxis* lúdico-agonística e corporal, institucionalizada e com regras e, como tal, transforma-se naturalmente em acto político, pois que são também colectivas ou sociais as suas causas e as suas consequências. Dentro de uma ontologia do Desporto, difícil se torna entender um mundo de seres humanos, constituído por indivíduos radicalmente isolados. Sem intersubjectividade, sem intercorporeidade, não há Desporto.

Por outro lado e assente mais numa contextualização filosófica Manuel Sérgio sobre o tema desporto, referencia este no texto por si escrito *O Desporto e o Ser* (Mestre, 2003, p.111) afirma:

Pensar o Desporto designa a reflexão humana que se prende com o ser, a significação e o valor (...) do Desporto...! Deus, segundo Aristóteles, era “o pensamento que a si mesmo se pensa”

Aqui e agora, o objecto do pensar é um dos aspectos da motricidade humana (ao lado da dança, da ergonomia, da reabilitação, etc.), precisamente aquele que se transformou no fenómeno cultural de maior magia, no mundo contemporâneo – o desporto!

Mais adiante, Manuel Sérgio diz também que relativamente ao tema do desporto e fazendo uma reflexão critica do desporto em Portugal (Sérgio, 2001, p. 14):

Em Portugal, país de críticos sem crítica, o desporto de alta competição é tradicionalmente faccioso. E assim são os dirigentes de bravia hostilidade os mais publicitados. O nosso desporto é verbal. Parece mas não é. São os dirigentes que devem estar ao serviço do Desporto e não o Desporto ao serviço dos dirigentes.

Mais adiante e na mesma obra, Manuel Sérgio referindo-se ao desenvolvimento desportivo, e ao contexto do seu enquadramento social, diz-nos (Sérgio, 2001, p. 17):

O desenvolvimento desportivo pouco é, se o Desporto não estiver ao serviço do Desenvolvimento. Mas o Desporto ocupa, hoje, uma posição de indiscutível relevância, no sistema social global. Transformar o Desporto que aí está significa inevitavelmente afectar os interesses de grupos e de *lobbies*, com sólidos apoios na ordem social estabelecida.

Reforça ainda esta ideia quando nos diz que o “Desporto é acima de tudo, um processo de criação cultural, pois que se trata de uma concreta formação histórica. Situada no tempo e no espaço.” (Sérgio, 2001, p. 25). Todavia, e com a sua pertinência critica e atenta visualização do chamado progresso desportivo, desde logo alerta para os perigos da burocratização da máquina do desporto. Como refere (Sérgio, 2001, p. 87):

(...) o Governo canaliza verbas (gordas verbas!) para o Comité Olímpico e as Federações; O Governo determina um plano de formação para técnicos do desporto escolar; estimula-se o associativismo local; apetrecham-se os Centros de Medicina Preventiva (...). No entanto, eu peço desculpa de contrapor, sem receio, que a tese mete água por muitíssimos buracos.

Neste contexto, e antes de falarem desporto ou em actividade física, é importante fazer uma diferenciação relativa a esta dualidade temática. Segundo o artigo escrito no sítio da internet da Fundação Portuguesa de Cardiologia, o Dr. Themudo Barata (1997, p. 2), define a actividade física como “tudo aquilo que implique movimento, força ou manutenção da postura corporal contra a gravidade e se traduza num consumo de energia”. Todavia, o conceito de desporto implica regras, jogo, competição, mesmo que seja só de lazer ou recreação. Por outro lado o desporto pode ser um grande promotor no que diz respeito à socialização e desenvolvimento do espírito competitivo e de entajada dos seus praticantes. Como refere Mimoso (Mimoso, 2002, p. 3):

Sendo o desporto uma forma privilegiada de comunicação de diferentes países, diferentes sociedades, diferentes culturas e até mesmo de diferentes estratos sociais, concordamos rapidamente que o seu desenvolvimento constitui um elemento chave para alcançar a igualdade de oportunidades.

Este panorama aplica-se na sua totalidade ao desporto adaptado e aos seus praticantes. As pessoas portadoras de deficiência podem ter na actividade física uma forma de melhorarem a sua funcionalidade e a sua qualidade de vida.

A prática desportiva, por seu lado, pode ser o impulso necessário para se integrarem melhor na sociedade onde vivem e se sentirem melhor com a sua condição de deficiência, sem esquecer que a prática desportiva pode ser uma forma de testar os nossos limites.

Em Portugal há paixão pelo Desporto. É uma realidade enraizada na cultura lusa que permite unir o esforço colectivo na realização de eventos desportivos de repercussão internacional, e demonstrar a nossa capacidade para os organizar. Sistematizando alguma informação, não só há grandes atletas em Portugal¹, como há um crescente interesse por

¹. Portugal tem por exemplo uma vasta tradição no hóquei em patins. Ao longo dos anos, a selecção portuguesa conseguiu vencer por 20 vezes o Campeonato da Europa e o Campeonato do Mundo de Seniores. Há nomes famosos em várias modalidades: Eusébio, Luís Figo, Cristiano Ronaldo, Carlos Lopes, Rosa Mota, Fernanda Ribeiro, Ticha Penicheiro, Francis Obikwelu ou Vanessa Fernandes; treinadores como José Mourinho ou Manuel José; clubes como o Sporting Clube de Portugal, Sport Lisboa e Benfica ou Futebol

certas modalidades outrora desprezadas e ainda praticadas numa vertente de desporto puramente amador: no rãguebi, por exemplo, em 2007, a selecção portuguesa foi apurada para o Mundial. Os “lobos” alcançaram um feito inédito ao serem a primeira selecção não profissional a qualificar-se para a fase final de um Campeonato do Mundo.

Acresce a todo este movimento, que se vai assistindo de ano para ano que Portugal possa e tem sido um importante destino das actividades desportivas, de lazer e recreio a nível internacional, sabendo-se adaptar e perceber da crescente procura mundial nas várias modalidades. São prova disso, no passado recente, a organização de grandes eventos desportivos de destaque².

O desenvolvimento do desporto tem vindo, ao longo dos anos, a sofrer constantes transformações e evoluções, criando noções, origens e funções diferentes, consoante o papel que lhe atribui cada país, região ou concelho. Reforça também o facto que se foi adaptando a cada realidade, resultado de uma evolução histórica, social, cultural e política das sociedades humanas, como nos diz Alberto Trovão Rosário (Rosário, 1996, p. 478):

Num período em que às dúvidas assestadas sobre valores e padrões se junta a vertiginosa corrida às novas tecnologias, criando condições para o aparecimento de focos de desregulação social, o desporto terá, ao que julgo, um papel a desempenhar. Que tipo de papel? Creio que este lhe poderá ser apontado por duas vias: uma, a que resultará do acréscimo de informações

Clube do Porto, entre outros, são referências do desporto português e mundial. Ressalva-se ainda nomes como Rui Silva nos 1500 metros medalha de bronze em Atenas, Nuno Delgado o primeiro judoca português a ser medalhado nuns Jogos Olímpicos, bronze em Sydney; Nuno Barreto e Hugo Rocha, medalha de bronze em Atlanta na classe 470; e Sérgio Paulino, que surpreendeu ao conquistar a medalha de prata na prova de ciclismo de estrada também em Atenas 2004 (cf. Olimpo, 2005).

². Recordar-se alguns eventos por ordem cronológica e sequencial – o *Masters Cup Lisboa em Ténis* -2000, o *Campeonato do Mundo de Corta-Mato* – Vilamoura 2000, o *Campeonato do Mundo de Estrada em Ciclismo* – 2001, o *Campeonato do Mundo de Atletismo em Pista Coberta* – Lisboa, Pavilhão Atlântico, 2001, a *Gymnaestrada* – 2003, o *Campeonato do Mundo de Andebol* – 2003, o *Campeonato da Europa de Futebol* – Euro 2004, as *Partidas do Rali Dakar* em 2006 e 2007, o *Cinquentenário da Primeira Regata dos Grandes Veleiros – Tall Ships - Races* – Lisboa 2006, os *campeonatos do Mundo de Vela Olímpica* – Cascais 2007, ISAF Sailing World Championships. E ainda a participação nos *Jogos Paralímpicos de Pequim 2008* em várias modalidades.

sobre o interesse e a conveniência da sua prática; outra, a nascerá da necessidade de ser compensado e complementado, de forma ajustada, o tipo de vida que os novos tempos nos imporão.

Reforça também esta ideia Lamartine da Costa (Lamartine, 1987, p. 16):

Enfim, conquistaremos uma educação física existencialista e um desporto contextualizado desde que interpretemos ambos como categorias de um processo dialéctico, estabelecido em bases críticas permanentes.

Claro está que perante o fenómeno social de tanta amplitude como é o desporto, os poderes públicos não podiam ficar à margem. E a comprovar este facto é a crescente intervenção do poder político, na Lei do Desporto, bem como nos investimentos financeiros públicos avultados tornando-se, na maioria das vezes, os governos locais e central os principais financiadores das organizações desportivas.

Contudo, a realidade mostra que os recursos são escassos e que devem ser utilizados com racionalidade. O desporto aparece assim como uma área que não é alheia à desigualdade de acesso aos recursos. E resulta de todo este processo saber ou tentar perceber se a questão se coloca, em primeiro, saber se o enquadramento jurídico do desporto consegue assegurar pelo menos uma igualdade de tratamento entre os cidadãos no acesso às actividades desportivas.

2. O enquadramento jurídico do desporto em Portugal

São pois estas algumas das razões que podemos constatar e dizer, que a carta desportiva nacional e local, tal como está consagrada na Lei n.º 5/2007, Lei de Bases e da Actividade Física e do Desporto, artigo 9.º e 35.º, n.º 3, é um instrumento fundamental de planeamento e ordenamento dos equipamentos desportivos.

No entanto, o facto de não existir uma carta desportiva nacional e local, em alguns dos concelhos deste país, pode levar-nos a algumas dúvidas na clareza e autenticidade das verdadeiras carências e necessidades desportivas de alguns concelhos de Portugal, sendo que pode-se constatar através de vários estudos, a forma desajustada de como as instalações desportivas proliferam no nosso país. A maioria das vezes apenas conseguimos distinguir motivações, muito longe das técnicas e necessidades, para justificar o planeamento, o investimento e a sua construção.

Salienta-se ainda o facto que há que ter em conta que as instalações desportivas são também um projecto social que se pretende acumular a um conjunto de necessidades tidas como essenciais para o bem-estar de uma população. E nesse sentido cabe aos políticos e, aos diferentes poderes quer locais quer central, bem como ponderar instrumentos críveis de avaliação e análise das reais necessidades desportivas de cada concelho, de cada região e de todo o Portugal.

Reforça esta ideia Luís Sardinha, presidente do Instituto de Desporto de Portugal (IDP), quando afirma, Sardinha (Sardinha, 2009, p. 1):

O modelo social de desporto para o século XXI, aos diversos níveis, deve desenvolver-se, sobretudo, na promoção e orientação da actividade desportiva a partir de formas organizativas resultantes da própria vontade dos cidadãos, dando mais expressão ao movimento educativo e associativo.

Neste âmbito, a escola, como berço da formação global dos jovens de hoje e futuros homens do amanhã, deverá ter um papel fulcral no estímulo da formação de base e detecção de talentos desportivos, bem como, dos hábitos desportivos de uma sociedade que se quer com qualidade de vida.

Já em anterior momento, José Manuel Constantino, presidente do IDP, ao tempo, diz num texto por ele escrito (Mestre *et al.*, 2003, p. 55):

O desporto é sinónimo de cultura, de progresso, de saúde, de educação, de fraternidade, um remédio a muitas patologias das sociedades modernas. Dizer tão só isto, – de que um certo academismo e imobilismo intelectual são responsáveis, – é fechar a reflexão e o debate, antes mesmo de o abrir. Por uma óbvia razão: é que os chamados valores do desporto, a sua dimensão social, são cultural e historicamente variáveis, o que torna, muitas das declarações sobre o desporto, em grande medida arbitrárias e sem comprovação empírica.

É pois neste enquadramento e porque se entende que o desporto é um projecto social, de um país e de uma localidade é ao mesmo tempo um factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade.

Temas como o desporto escolar, a liberdade associativa, a medicina desportiva, a educação física, as habilitações/qualificações desportivas, o ordenamento e a racionalização das instalações desportivas, entre tantos outros, aguardam há muitos anos uma discussão séria e um conseqüente reconhecimento social.

Segundo José Manuel Meirim (Meirim, 1997, pp. 4-26), as “normas jurídicas privadas (...) modelam a actividade desportiva”. Refere ainda “somente as normas emanadas dos poderes públicos merecem tal qualificação”. Mesmo assim, “o Direito do Desporto apresenta dupla fonte criativa (privada e pública)”. Reforça o autor este entendimento “O Direito do Desporto, desempenha, pois, independentemente do alcance que se lhe queira atribuir, um papel significativo no desenvolvimento de um concreto sistema desportivo”.

3. O desporto adaptado

A prática de desporto seja ele adaptado ou convencional, pode ser de uma grande importância em qualquer sociedade. As pessoas, ao praticarem qualquer actividade desportiva, põem em acção, além dos músculos, um variado leque de movimentos e sensações provenientes da própria prática desportiva.

Como a sua designação o indica, os Desportos Adaptados não são mais do que modalidades desportivas, tais como o atletismo, o ténis, o judo e outras, devidamente adaptadas aos praticantes portadores de deficiência.

Winnick (1990, *cit. in* Mimoso, 2002, p. 8):

(...) considera o Desporto para Deficientes como uma componente da educação Física que proporciona serviços e actividades adaptadas às necessidades especiais de determinados indivíduos. Para este autor, a Educação Física Adaptada é um programa diversificado de desenvolvimento de actividades, exercícios, jogos, ritmos e desportos concebidos para satisfazer as necessidades físicas e educativas dos indivíduos com deficiência. Define ainda Desporto Adaptado como um conjunto de experiências desportivas modificadas ou especialmente concebidas para estes mesmos indivíduos.

Por outro lado Potter (1987, *cit. in* Mimoso, 2002 p. 8):

(...) definia o Desporto para Deficientes como uma gama completa de actividades físicas adaptadas às capacidades de cada indivíduo. No que respeita à prática desportiva, este autor considera que um indivíduo com deficiência é todo aquele que apresenta uma incapacidade ou deformação de carácter definitivo ou de grande duração, a qual afecta as suas faculdades físicas, mentais ou fisiológicas, convertendo-o num indivíduo inapto para se dedicar a actividades desportivas em condições normais.

Estas adaptações surgiram como uma grande necessidade da sociedade, em fazer com que as pessoas portadoras de deficiência possam ter uma participação activa na comunidade onde se encontram integradas.

Segundo Winnick (2004), o desporto adaptado designa o desporto modificado ou criado para suprir as necessidades especiais dos praticantes portadores de deficiência, podendo ser praticado em ambientes integrados ou segregados.

Participar activamente na acção desportiva é também um factor positivo ao nível da própria reabilitação do deficiente, seja ao nível físico como psicológico. Não podemos esquecer

que existem pessoas que ficam limitadas por causa de acidentes de viação, operações cirúrgicas, e outros factores. Estas pessoas precisam de estar bem a nível mental e equilibradas psicologicamente para desta forma, e com a possível ajuda da prática desportiva, saírem adiante na sua vida e procurarem nova metas para o futuro.

CAPÍTULO 2.

O desporto como vector de inserção social

A inserção social define-se por contraste com a exclusão social, e como processo de eliminação pro-activa dos factores causais de exclusão. Partindo desse pressuposto, importa caracterizar qual o sentido que se dá a cada um desses dois conceitos no âmbito deste trabalho, começando por uma definição da exclusão social.

1. A noção de exclusão social

A exclusão social tem que ser vista não só como uma questão de justiça social, mas também como uma condição necessária para a sobrevivência de uma democracia compacta. A existência de um país socialmente coeso, não pode existir cidadãos que sejam afastados de participarem na economia e na sociedade. Nenhum país pode aspirar a um desenvolvimento económico sustentado enquanto existirem enormes desigualdades na repartição da riqueza. Admitindo que é necessário que a sociedade em geral tome consciência de que o aumento da riqueza não chega para lutar contra a exclusão social.

É necessário modificar variadas estruturas sócio-económicas para que possamos assim inverter tal situação. É ainda importante ilustrar que é do interesse das classes mais privilegiadas que esta situação se inverta, ou as consequências de instabilidade social podem ser trágicas, pondo em risco a ordem pública e a segurança dessas próprias classes.

A definição de exclusão social é no entender de Max Weber (1979, p. 35): “uma forma de fechamento social na qual um grupo tenta adquirir e manter uma posição privilegiada, em detrimento de outros grupos que lhe ficam subordinados”.

Por outro lado Bruto da Costa (1998, p. 11) define “exclusão social, como a fase extrema do processo de “marginalização”, entendido este como um percurso “descendente”, ao longo do qual se verificam sucessivas *rupturas* na relação do indivíduo com a sociedade”

Entende-se aqui que a exclusão social é um processo dinâmico, associado a uma trajetória que conduz à marginalização, assistindo-se a acumulação de *handicaps* vários como por exemplo, rupturas familiares, carências habitacionais, isolamento social, etc.

Outros autores como Pedro Hespanha, Isabel Baptista, Pedro Perista, Liliana Sousa, Luísa Correia da Silva, Paula Carrilho entre outros, associam exclusão social a grupos de pessoas que não têm acesso à segurança social nem ao emprego, ou a determinadas etnias sociais que vivem excluídas da sociedade. As distintas definições deste conceito devem-se particularmente ao facto deste fenómeno ser multidimensional, pois exclusão social abrange vários tipos de privação: privação económica, desintegração sociocultural e falta de participação cívica e política como exemplo a família, a rede de amigos, a vizinhança, a comunidade cultural, a comunidade local e a sociedade em geral.

Assim sendo, as situações de exclusão social ocorrem quando uma pessoa ou um colectivo humano são impossibilitados de participar e beneficiar de todos os direitos de uma sociedade conforme Baptista *et al.* (2008, p. 64) “Isto quer dizer que o referencial que procuramos é a sociedade”.

Apesar da disposição jurídico portuguesa proteger a inserção social de cidadãos imigrantes concedendo-lhes, em termos legais, todos os direitos acima descritos, e do Estado português possuir vários organismos que se dedicam ao despiste e resolução de situações de exclusão social, a realidade revela dificuldades de vária ordem que se prendem, não só com as condições próprias do imigrante, estadia noutro país com os seus quadros de referência próprios, designadamente os legais, e no âmbito das práticas quotidianas e modos de vida, domínio da língua portuguesa, recursos financeiros próprios, trabalho fixo, etc, mas também com a forma como a população de um modo geral acolhe esses imigrantes.

A permanência em Portugal de imigrantes inseridos socialmente, as vantagens para o país ao nível do enriquecimento económico e cultural, bem como, a melhoria da capacidade de relacionamento internacional, são muitas vezes esquecidas, ao contrário dos efeitos secundários da exclusão social nomeadamente, a delinquência e a criminalidade que são apontados sistematicamente apenas como causa e quase nunca como efeito, quando, no fundo, são tanto uma como a outra.

2. A noção de inserção Social

O tema ora aqui abordado como central deste trabalho, ou seja o perceber até que ponto consegue-se através das Boas Práticas na Inserção Social no e pelo Desporto, tema que se centrou todo este trabalho, leva-nos a empreender perceber a essência do que é então a inclusão social.

O papel fundamental da formação e instrução nas nossas escolas, desde o básico ao ensino superior, que coadjuvado com e também e não menos despicientes valores de raízes culturais e principalmente valores educacionais familiares, são sem duvida uma mais valia para uma melhor perspectiva na decorrência da inclusão social, nos mais variados patamares e nas respostas às necessidades da actual sociedade vigente.

O desporto pode e é considerado como veículo universalmente reconhecido de aproximação entre os povos. Constitui-se como um código de comunicação tão espontâneo como eficaz, potencialmente mobilizador do desenvolvimento da afectividade, expressividade, disciplina, criação de valores éticos e estéticos, hábitos de higiene, entre outros.

As características da actividade desportiva, seja ela de carácter competitivo ou não, favorecem o aparecimento de uma forma rápida e consistente de comportamentos ajustados socialmente, tanto no seio da própria actividade como fora dela, para além de

desencadearem um ajustamento de comportamentos e rotinas de vida nos membros do agregados familiares dos praticantes. Por isso, o desporto, sem ser a fórmula mágica para a inserção social é, com certeza um meio de inserção a que deve ser dada particular importância.

É legítimo considerar que este movimento representa um papel insubstituível neste processo de inserção social. No fundo, só se pode começar a falar verdadeiramente de desporto para a inserção social quando as populações excluídas se inserirem de uma forma activa nas estruturas que dinamizam e regulam a actividade desportiva em Portugal, ou seja, as federações e associações desportivas legalmente reconhecidas. Para a Olimpo (2005), por exemplo, o envolvimento na organização dos I Jogos Juvenis das Comunidades Imigrantes dos Países de Língua Portuguesa, no Complexo Desportivo do Jamor, em que a par estiveram a Secretaria de Estado do Desporto (SED, 1998), o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, a Confederação do Desporto de Portugal, a Associação de Futebol de Lisboa e a Associação de Basquetebol de Lisboa. O envolvimento do movimento associativo desportivo português neste projecto resultou então num valor acrescido técnico pedagógico ao nível da concepção, preparação e organização do evento, e resultou numa sensibilização para o problema da exclusão social.

Por outro lado, e segundo o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, sobre este ponto, este apresenta-nos as políticas inerentes a esta temática que passo a citar GMTSS (GMTSS *et al.*, 2006, pp. 8-9):

Uma estratégia nacional de inclusão social, assente numa análise do contexto sócio-económico e os seus reflexos sobre a pobreza e a exclusão social (...) No combate à persistência da pobreza (ruptura dos ciclos de pobreza), a elevação dos níveis de qualificação constitui um factor determinante, embora não exclusivo, uma vez que potenciam a limitação de processos de exclusão, designadamente os que se associam à capacidade de entrar e permanecer no mercado de trabalho; O primeiro passo no sentido deste reforço surgiu com a publicação do D-L n°15/2006; Entre os grupos vulneráveis a fenómenos de pobreza e exclusão, a população com deficiência constitui o grupo cuja multiplicidade de problemas e défice histórico de respostas

(...) A dimensão dos fluxos migratórios associada a difíceis condições de inserção de parte significativa dos imigrantes, coloca este grupo como um dos que necessita de uma forte intervenção no combate à pobreza e exclusão, constituindo-se também como uma medida preventiva do crescimento de fenómenos discriminatórios. (...) Deste modo, o Governo Português assume as seguintes prioridades políticas: *Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação; Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.*

Posteriormente e redefinido, reforçado e incluído no actual Plano Nacional de Acção para a Inclusão em vigor as metas a atingir são as seguintes (GMTSS *et al.*, 2008, p. 2):

Prioridades para o PNAI 2008-2010:

1. Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
2. Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;
3. Ultrapassar as discriminações e reforçar a integração das pessoas com deficiência, das minorias étnicas e dos imigrantes;
4. Melhorar a qualidade do emprego;
5. Melhorar o acesso a serviços de qualidade.

3. O papel do desporto na inserção social

O desporto pode e é considerado como veículo universalmente reconhecido de aproximação entre os povos. Constitui-se como um código de comunicação tão espontâneo como eficaz, potencialmente mobilizador do desenvolvimento da afectividade, expressividade, disciplina, criação de valores éticos e estéticos, hábitos de higiene, entre outros.

Reforça-se ainda este entendimento pensar que as sociedades e a forma como estão organizadas, isto é, a valorização do papel do desporto não só como exercício físico essencial, mas também associado a medida preventiva de futuras doenças, é essencial para

os nossos jovens, sem dúvida. Como também desde logo a Comissão Europeia é consciente deste aspecto, quando realça, no Livro Branco sobre o Desporto da Comissão das Comunidades Europeias de 2007 o seguinte como importância do desporto (Comissão, 2007, p. 1):

O desporto é um fenómeno social e económico crescente, que contribui de forma importante para os objectivos estratégicos de solidariedade e prosperidade da União Europeia. O ideal olímpico do desenvolvimento do desporto para fomentar a paz e a compreensão entre nações e culturas, assim como a educação dos jovens, nasceu na Europa e foi promovido pelo Comité Olímpico Internacional e pelos comités olímpicos europeus.

O desporto atrai os cidadãos europeus: a maioria deles participa regularmente em actividades desportivas. Gera valores importantes, como o espírito de equipa, a solidariedade, a tolerância e a competição leal (*fair play*), contribuindo assim para o desenvolvimento e a realização pessoais. Promove a contribuição activa dos cidadãos comunitários para a sociedade e, conseqüentemente, a cidadania activa. A Comissão reconhece o papel essencial do desporto na sociedade europeia, em particular quando esta precisa de se aproximar mais dos cidadãos e de lidar com as questões que a eles dizem directamente respeito.

Contudo, o desporto é igualmente confrontado com as novas ameaças e desafios emergentes na sociedade europeia, como a pressão comercial, a exploração dos desportistas jovens, a dopagem, o racismo, a violência, a corrupção e o branqueamento de capitais.

Citando as palavras do Presidente do IDP, Luís Sardinha, no seu discurso de inauguração do Congresso de Desporto realizado em Fevereiro de 2006 sobre os temas, Políticas Educativas e Sociais no Desporto, Desporto, Saúde e Segurança, Equipamentos Desportivos e o Território, Políticas de Financiamento do Sistema Desportivo e Reforma do Sistema Desportivo, Sardinha (Sardinha, 2009, p. 1).

A evolução do desporto em Portugal, nos últimos tempos, pode ser genericamente apreciada como uma história de sucesso com alguns fracassos. Sucesso, na obtenção de relevantes resultados desportivos internacionais. Sucesso, na melhoria do rendimento em algumas modalidades desportivas e no aumento consolidado do número global de praticantes federados,

ultrapassando já a barreira dos 400 000. Sucesso (...) e no controlo efectivo fora das competições e durante as mais diversas competições desportivas.

É um dos mais expressivos exemplos de qualidade, rigor e competência reconhecido internacionalmente, e que muito tem contribuído para que as competições de âmbito nacional ou internacional, que se realizam em Portugal, se aproximem de um modelo de preparação atlética de acordo com os princípios éticos que devem reger toda e qualquer participação desportiva. Sucesso ainda, quando há indicadores explícitos de que se está numa fase de transição da norma social da generalização da prática desportiva de lazer na população adulta.

Sobre este contexto, João Casqueira Cardoso relembra (2007, p. 1):

O desporto como vector de inserção utiliza e tem como público-alvo certas categorias da população (políticas de planeamento do equipamento para a prática desportiva a favor dos cidadãos com deficiências; acesso das mulheres à prática e às funções de direcção, por exemplo). Estas acções incluem-se numa política pública de conjunto que abrange as questões da igualdade de oportunidades e da discriminação, mas também da e democracia desportiva. Interessa saber, neste estudo, o modo como – em Portugal e na Europa – esta perspectiva de política pública é posta em prática pelas instituições desportivas, e faz – ou não – evoluir as categorias jurídicas da inserção (evolução dos regulamentos desportivos, práticas de igualdade de género, organização do desporto como educação para a democracia).

No fundo, está em causa a questão central deste estudo: quais os obstáculos ou os factores adjuvantes para que o desporto se torne uma actividade integradora dos cidadãos, na Europa e em particular em Portugal. Este aspecto remete para a problemática das boas práticas, e conduz naturalmente ao estudo social comparado, não apenas nacional mas igualmente internacional e europeu.

4. As boas práticas no desporto como vector de inserção Social

4.1. A necessidade de boas práticas

Segundo os dados compilados e retirados do dois artigos *Especial EUROBARÓMETRO* da Revista do Desporto, respectivamente 1º e 2º de 2005, dados mais recentes que se conseguiu, a Comissão Europeia realizou em 2004, um inquérito à população dos 25 países-membros de então União Europeia (UE), com o objectivo de saber a sua opinião sobre alguns aspectos de situação desportiva na Europa. Este inquérito foi realizado entre 2 de Outubro e 8 de Novembro de 2004, a 24 791 cidadãos europeus, cerca de 1 ano depois do primeiro euro barómetro especial sobre o desporto, este apenas aos 15 Estados-membros. Ambos foram realizados devido ao facto de 2004 ter sido considerado, pela Comissão e pelo Parlamento Europeu, Ano Europeu da Educação pelo Deporto.

No que respeita aos dados relativos a Portugal, importa referir que o inquérito resultou, essencialmente, de um estudo de opinião em que foram inquiridos 1000 portugueses com idades superiores a 15 anos, de um universo de 8 080 915 pessoas, o que corresponde a 0,0124% da população desta faixa etária. No contexto global da União Europeia, foram inquiridos 24 791 cidadãos com mais de 15 anos para um universo de 365 042 063, o que dá uma percentagem de 0,0068%.

A importância deste estudo revela-se no conhecimento das tendências e das opiniões dos cidadãos europeus relativamente ao desporto.

O relatório encontra-se dividido em quatro partes:

- A primeira – relativa à prática desportiva dos cidadãos europeus: a frequência, a organização e os obstáculos a essa prática;
- A segunda – relativa aos benefícios do desporto;
- A terceira – relativa à dimensão social do desporto: os valores, os aspectos negativos do desporto, o lugar do desporto nos programas escolares, e a profissionalização;
- A quarta – relativa às acções e ao papel da União Europeia no domínio do desporto.

4.2. Relativamente à prática desportiva da União Europeia

Cerca de 38% dos cidadãos dos 25 Estados-membros da UE afirmam praticar desporto pelo menos uma vez por semana. Relativamente a este índice, verificou-se um aumento de cerca de 8% comparativamente ao ano de 2003. Ainda a 2003, as tendências mantêm-se, ou seja, verifica-se que existe uma prática mais activa na população do sexo masculino e nos jovens.

Através dos dados do inquérito é possível verificar que nem as questões económicas nem a falta de infra-estruturas adequadas constituem o principal entrave à falta de prática desportiva, já que apenas 4% e 3%, respectivamente, afirmaram ser esses os motivos para não praticarem desporto. Para os cidadãos europeus, o maior impedimento à prática de desporto encontra-se na falta de tempo (34%) e no facto de não gostarem de desporto (25%). A maioria dos cidadãos da UE (51%) afirma praticar desporto em locais diferentes dos apresentados no inquérito, ou seja, de forma espontânea em qualquer local. Dos locais apresentados, os que obtiveram uma maior percentagem foram os clubes (16%) e os centros de fitness (15%).

4.3. Relativamente aos benefícios do desporto

A melhoria da saúde surge como o principal benefício do desporto para a maioria dos cidadãos da UE. Cerca de 78% afirmaram ser este o maior benefício da prática desportiva. Factores como: o desempenho físico (46%), o relaxamento (43%), a diversão (39%), e o estar com os amigos (31%) parecem constituir para os inquiridos os maiores benefícios da prática desportiva.

4.4. Relativamente à dimensão social do desporto

Para os cidadãos da UE, o valor mais desenvolvido pelo desporto é o espírito de equipa (52%), logo seguido da disciplina (46%). É também de realçar que as pessoas que praticam

desporto estão mais atentas para a contribuição do desporto no desenvolvimento de valores sociais.

Cerca de três quartos dos cidadãos da UE (73%) vêem o desporto como um meio de promover a integração de populações imigrantes e também, como um meio de luta contra a discriminação por cerca de 64% dos europeus inquiridos.

Aproximadamente 4 em 5 cidadãos da UE referem estar a favor de um incremento do tempo dedicado ao desporto nos programas escolares.

Para além do aumento da presença do desporto nos programas escolares, cerca de 80% dos inquiridos afirma a importância de uma melhor cooperação entre as instituições de ensino e as organizações desportivas, de forma a reforçar o papel do desporto na escola.

Ainda relativamente ao potencial educativo do desporto, uma larga maioria dos europeus (86%) refere que o desporto constitui uma boa alternativa a outras actividades sedentárias como a televisão, os jogos de vídeo ou a Internet. Cerca de 60% dos cidadãos indicam estar a favor de um maior reconhecimento das profissões do desporto. Como já em anterior inquérito, uma larga maioria dos cidadãos europeus (72%) refere a dopagem como o principal aspecto negativo do desporto.

Outros aspectos negativos, como a importância do dinheiro (55%) e a corrupção (41%), surgem também com percentagens elevadas.

4.5. Relativamente à intervenção da União Europeia nesta área

O apoio a um fortalecimento da capacidade da UE para intervir em assuntos do desporto é defendido por cerca de 50% dos cidadãos.

Se uma maior intervenção da UE é desejada, as expectativas são ainda maiores no que respeita à cooperação entre a UE, as organizações desportivas nacionais e os governos, cerca de 63% dos cidadãos são favoráveis a esta ideia. Perto de dois terços dos inquiridos referem que a UE deveria intervir de forma que possa existir uma maior cooperação entre as áreas da educação e do desporto.

De salientar, também, que 59% dos cidadãos da UE concordam com a promoção dos valores éticos e sociais através do desporto e que deveria tornar-se uma prioridade da União.

A maior parte dos cidadãos europeus (62%) entende a necessidade de inserir a noção de desporto na futura Constituição Europeia.

Em conclusão deste inquérito e consequentes resultados obtidos pode-se sintetizar então que (Direcção de Serviços de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, 2005, p. 25):

A prática de desporto evoluiu positivamente na União Europeia comparativamente ao ano de 2003: aproximadamente 4 em cada 10 cidadãos praticam desporto pelo menos uma vez por semana (...) a prática desportiva é essencialmente não estruturada e praticada frequentemente em outros lugares que não os clubes (...) os benefícios mais notáveis da prática desportiva são as melhorias de saúde mental e física (...) Estes benefícios parecem ser especialmente importantes no que respeita à luta contra a obesidade: 9 em cada 10 cidadãos partilham desta opinião (...) O estudo confirma a importância do desporto na transmissão de valores essenciais como o trabalho de equipa, disciplina ou amizade, mas também é notório que os europeus demonstram uma forte vontade de assegurar um melhor papel do desporto nos programas escolares (...) Na opinião dos inquiridos da maioria dos inquiridos deveria ser desenvolvida uma maior importância na cooperação que existe entre as organizações educacionais e as organizações desportivas nos diferentes estados da UE (...) 9 em cada 10 cidadãos entendem o desporto como uma boa alternativa para desviar os europeus de actividades sedentárias como a televisão, os jogos de vídeo ou a internet (...) o desporto é considerado pela maioria dos inquiridos uma ferramenta potencial para lutar contra todos os tipos de discriminação, mas

também um meio de integração para comunidades imigrantes (...) aprova a inclusão do desporto na Constituição Europeia (...) ver o desporto pela primeira vez incluído no Tratado Europeu.

5. Função social do clube desportivo popular

Ao falar da vertente social que o desporto pode trazer, há que salientar antes de tudo alguns aspectos. Segundo Carvalho (*cit. in* Albuquerque, 2007, p. 5)

(...) poderíamos realçar, primeiramente, dois tipos de adversários existentes no desporto: a Natureza e o Ser Humano. No primeiro caso damos como exemplo, a corrida solitária ou as diversas actividades de ginásio. Neste caso, o desportista actua sozinho e sem adversário visível, encontrando como oponente factores invisíveis como o tempo ou a força. É no segundo caso que, a ética encontra mais terreno: no confronto com oponentes igualmente de carne e osso. A ética no desporto, funciona como apaziguadora dos confrontos que poderão ocorrer, e tem importância fulcral na sociedade.

Por isso, insere-se na função social do desporto, pois engloba um conjunto de regras, moralismos, educações que permitem que os seres humanos se relacionem pacificamente nas suas práticas desportivas.

A função social do desporto pode implicar diversos factores e actua sobre muitos deles. Uma delas é o espectáculo, a diversão, o lazer já referido, que o desporto pode trazer. E esta vertente já em tempos muito remotos era apreciada, como salienta o sociólogo McIntosh (1974, p. 12) que refere: “(...) por volta do ano 354, havia duzentos feriados públicos e cento e setenta e cinco dias de jogos (...).”

Perante esta realidade social, os espectáculos públicos foram um meio para a ocupação de tempos livres e, conseqüentemente, para a pacificação e integração social.

Refere ainda sobre o tema Carvalho (*cit. in* Albuquerque, 2007, p. 7):

Os desportos contra outros seres iguais a nós, são os desportos onde uma ética desportiva pode encontrar maior espaço de relevo, pois confrontam-se feitos humanos que merecem ser estudados. É quase que impossível dissociar função social da ética, pois muitos dos desportistas têm que lidar com ela, já que estabelecemos contactos com vidas humanas. Aqui, o desporto é muito mais que uma actividade.

Tem uma função social de interligação entre as pessoas, de respeito pelo próximo, pelo adversário, de convivência, de ética pela vida que compete connosco. Logo, desporto alia a função social dado que fomenta a relação entre os indivíduos, entre os atletas, entre os adeptos, entre as massas.

A ética por vezes é difícil de manter. Porque os desportos de oposição entre equipas rivais são os desportos mais apetecidos pela característica dual vencedor – vencido, já se sabe, o que se segue será uma organização deste mesmo jogo a fim de haver um justo vencedor e um justo vencido. Longe de instintos onde “tudo conta”, a educação, assim como interiorização de regras de respeito mútuo, fará realçar um desporto mais digno, organizado e credível.

Reforça ainda esta ideia Carvalho (*cit. in* Albuquerque, 2007, p. 12), no seu trabalho final:

O confronto saudável emerge, precisamente, desta criteriosa educação dos membros do desporto, que tornarão possível um agir desportivo limpo. Ao não existir regras, não existirá também desporto, mas tão só um confronto entre as tendências instintivas e pouco sociais do Ser Humano, onde o maior e mais terrível exemplo é o da Guerra. Na guerra há competitividade mas não há desporto. Na guerra conta tudo, se no desporto tal acontecesse passaria a chamar-se de guerra.

O desporto constitui pois, desta forma, uma guerra civilizada entre as sociedades organizadas. Uma guerra onde o aspecto social emerge, salienta a este propósito Carvalho (*cit. in* Albuquerque, 2007, p. 18):

(...) se eu souber respeitar o outro, saberei viver em sociedade. “Guerra” esta que se quer pouco prejudicial para ambas as partes, transformando-se ao invés, em actividade de lazer e recreação

para as pessoas praticantes de Desporto. O desporto tem também desta forma uma faceta atenuante nos instintos menos benéficos para o bem social. Assim sendo, falamos de um confronto saudável para todas as partes nela presente.

Reforça ainda Albuquerque (Albuquerque, 2007, p.19) “Mas para que esta “guerra” estimule o lazer, diversão e bem-estar, e não luta, há que estabelecer sempre regras.”

As regras podem ser diferentes de desporto para desporto, mas a ética é igual para todos: respeito pelo adversário. Os ingleses inventaram o desporto moderno e, rapidamente, a palavra *fair-play* foi associada à prática descritiva. O *fair-play* começou a publicitar-se quando se chegou à constatação que havia cada vez mais atitudes e acções nos desportistas aparte das regras preestabelecidas, acções estas que eram muitas vezes repostas pessoais traduzidas em violência para com o adversário, ou acções baseadas no puro interesse de ganhar sem qualquer tipo de princípio, pelo simples gosto de vencer. Para vencer este gosto puro em conseguir o que se quer sem olhar a meios é necessário cultivar um conjunto de actividades que deverão ser apresentadas aos desportistas.

Segundo Albuquerque (2007, p. 26), a primeira passa, claramente, pelo convívio honesto e sincero com o oponente fora do jogo desportivo. O cultivo da amizade e da empatia faz o princípio do vencer a todo o custo parecer secundário na prática desportiva. A segunda actividade passa pelo valorizar o princípio de honra nos códigos de *fair-play* desportivo. Para a afirmação deste princípio é necessário uma básica formação aos próprios desportistas das regras de um jogo, que serão encaradas como máximo princípio do próprio jogar.

Se é verdade que há certos desportistas que tem o mérito de ter nascido com aquele dom, também é verdade que toda a prática não necessita só da sua espontaneidade, mas, de uma sólida compreensão das regras apoiadas em princípios humanos possíveis pela formação ética da cidadania. A ética desportiva não é tão só falar de desporto, é uma actividade

humanista; é um recreio de actividades civilizacionais que permitam educar o jogador no sentido da coexistência com o próximo, tarefa essencial para o bom jogo desportivo.

Poder-se-á então considerar que o desporto é também uma educação moral. Neste prisma não poderemos deixar de ter em consideração o respeito que este tem entre as camadas mais jovens, aproveitando esse mesmo respeito para educar no sentido da cidadania. O desporto deverá deixar de ter apenas a característica de bem-estar físico para passar a complementar-se também com o bem-estar emocional, fugindo da competitividade estéril e passando para o bom entendimento mútuo.

Segundo um estudo de Salomé Mariovet (*cit. in* Albuquerque, 2007, p. 4):

(...) esta função social, vai também diferenciando-se consoante os países em que estamos. A importância do desporto varia consoante o lugar. Portugal, em comparação com a restante Europa de acordo com o Euro barómetro, tem mostrado um atraso significativo no que respeita ao avanço da actividade e promoção desportiva. Na realidade, a percentagem da população que pratica desporto é de somente 23 %, como se pode comprovar no estudo de (...).

A função social do desporto é vista de diferentes formas pelos países. Por exemplo, há aqueles que dão uma maior importância ao desporto e valorizam-no como uma actividade essencial na sociedade e comunidade local, tanto para o benefício pessoal como clube ou grupo.

De acordo com Carvalho (Carvalho, 2001), o clube dedica-se quase em exclusivo àquelas actividades que fornecem uma margem de rentabilidade financeira demasiado fraca para interessar o mercado do lucro. Assim, a actividade centra-se no fenómeno social, na capacidade de captar e atrair interesse das massas. “O clube ocupa normalmente um “espaço virgem” onde explora e consolida a aceção, numa zona imprecisa, em que se entrecruzam fronteiras do social, do político, do cultural e do económico.” (Carvalho, 2001, p. 14). Isto significa, verificando a afirmação, que o clube é um misto de diversas áreas que se interligam e fomentam o desenvolvimento do mesmo.

O desporto, através do clube desportivo, permite o contacto de diversos estratos sociais, independentemente do sexo, da condição económica, religião, idade. O Movimento associativo é uma forma original de reagir a necessidades reais, pessoais e/ou colectivas, para as quais não é possível encontrar forma equivalente em qualquer outra área da actividade social. O movimento associativo, para além da necessidade do reconhecimento urgente da função de utilidade social, deve procurar perceber as causas que originam as dificuldades.

Carvalho (2001, p. 24) advoga que para o clube desempenhar as suas funções sociais deve seguir os seguintes princípios:

- Abertura sobre o meio social e cooperação com outras instituições que actuam no mesmo meio. Neste ponto deve dar-se especial atenção aos outros clubes, associações distritais, federações. A cooperação e a criação de parcerias em projectos de desenvolvimento desportivo são, sem dúvida, imprescindíveis para a solidificação das modalidades e o seu reconhecimento social;
- Responsabilização permanente dos sócios pela vida interna da estrutura associativa. A participação activa dos sócios através dos meios consagrados nos estatutos do clube, permite o envolvimento da massa associativa na discussão dos interesses do clube;
- Formação global dos dirigentes numa via do progresso, educativo e cultural. A formação dos dirigentes desportivos é de capital importância na forma como o desporto é visto, e encarado pela população. Quando algum dirigente tem comportamentos pouco aceitáveis socialmente e pouca formação, isto faz com que exista um descrédito na verdadeira utilidade social dos clubes;
- Relacionamento “adulto” e independente do clube com o aparelho do Estado (especialmente do Poder Local). Na sociedade portuguesa existe a noção que o desporto na sua vertente associativa, está intimamente ligado ao Poder Local. Esta ligação nem sempre é bem vista e genericamente conotada com um lado pouco claro e, muitas vezes, promíscuo.

Termina-se este ponto e de acordo com Carvalho (2001), dizendo que se percebe claramente que deve haver uma separação objectiva de poder, uma independência

institucional que permita um maior aproveitamento da utilidade social das organizações, contribuindo para o bem-estar comum. O desporto deve ter, assim, na sua gestão, na sua estrutura um conjunto de objectivos precisos, conteúdos de fácil compreensão, organização do trabalho e das actividades, e uma sequência metodológica dos profissionais.

CAPÍTULO 3.

Fundamentação: razão de ser da escolha do desporto paralímpicos

A escolha do desporto paralímpico como foco específico do estudo deve-se a uma combinação de factores: primeiro, as várias sessões de tutoria realizadas no âmbito do Mestrado em Estudos de Minorias, e o seguimento proporcionado pelo orientador, que de forma espontânea. Segundo, a leitura da obra de Luís Cunha *O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento*, sobre as políticas de desporto para todos. Nesta obra, o autor afirma (Cunha, 1997, p. 34):

As políticas de desporto para todos, destinam-se fundamentalmente a criar oportunidades de prática desportiva adequada ao maior número possível de cidadãos. Têm assim a preocupações de generalização da prática desportiva. Procuram a constituição de um leque diversificado de oferta de actividades desportivas de modo a responderem às diferentes aspirações e desejos dos residentes, contrariando a lógica de exclusão que em que as políticas de elite se baseiam. Utilizando o desporto como instrumento de qualidade de vida, de formação de base dos praticantes e dirigem-se a todos em geral. Contudo, a adequação destas políticas, obriga a que a evolução do praticante, no sentido das prestações de alto nível, seja também prevista no exercício destas políticas, no intuito de não impedir a sua ambição legítima.

Esta reflexão encontrou neste ponto as conclusões já alcançadas em sede do processo de graduação em Serviço Social sob a temática: *As boas práticas de inserção social no e pelo desporto* — no âmbito da investigação realizadas no projecto POPUDIS (Políticas Públicas de Inserção Social no e pelo Desporto), projecto no qual o autor destas linhas foi integrado sob a supervisão do coordenador nacional, Professor Doutor João Casqueira Cardoso. No nosso entender, as conclusões são claras: o desporto é, e deve ser, sobretudo um motor de cidadania plena. Mas será o caso? Os grupos minorizados e mais obviamente colocados de lado para a actividade desportiva, grupos de encontros dificuldades óbvias de participação cidadã nesse plano, conseguem superar esse handicap quando integrados nas estruturas desportivas e através das políticas públicas de apoio do desporto paralímpico?

Para responder a esta interrogação, é preciso voltar um pouco para trás e considerar os dados recolhidos na parte empírica do trabalho realizado no projecto POPUDIS, no qual os objectivos na aplicação de um inquérito eram os seguintes (Lima, 2009, p. 32):

O objectivo principal deste inquérito visou saber até que ponto o conceito de *Boas Práticas* se pode, ou melhor se enquadra também numa perspectiva de através deste poder haver uma inclusão social no e pelo desporto, bem como saber até que ponto é valorizado o trabalho dos agentes do Serviço Social, e também da averiguação da existências destes mesmos.

Os objectivos específicos do estudo são os seguintes:

- Medir a importância do tema e do processo de integração social para os próprios agentes desportivos;
- Delinear a visão que têm os agentes desportivos da inserção social através do desporto – quais as populações alvo desta inserção social por exemplo;
- Avaliar a existência junto dos agentes desportivos do Assistente Social para a inserção social, e a sua relevância.

O referido inquérito de cariz prévio a este estudo encontra-se em anexo (**Anexo 1.**) Aplicado o mesmo a 122 desportistas profissionais, amadores, sem diferença de género e raça e outra população não organizada como alunos de várias escolas da zona norte do País, como Porto; Braga; Viana do Castelo; Aveiro e ainda a participação de um inquérito na Região autónoma da Madeira. Foi organizado por nove questões fechadas, com possibilidade de resposta valorativa e afectiva, bem como algumas perguntas de simples e precisa resposta. Para tanto apoiou-se no livro *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* de Marie-Fabienne Fortin (Fortin, 1999) que refere que as questões fechadas ou de escolha fixa são as que fornecem ao sujeito um série de respostas entre as quais ele faz a sua escolha, sendo que as respostas dos sujeitos são limitadas a uma escolha enunciada antecipadamente.

Note-se que este estudo empírico é um estudo de nível I. Este aspecto aparece com clareza através da leitura de Fortin (1999, p.100):

(...) se o objectivo é dominar ou descrever, significa que existem à partida poucos conhecimentos no domínio. A abordagem utilizada para obter a informação e descrever o fenómeno poderá ser de natureza qualitativa ou quantitativa...O objectivo de estudo será explorar o domínio em profundidade e explorar o conceito para extrair dele todas as manifestações com vista a descrever o fenómeno.

1. Principais questões para o enquadramento do trabalho

Primeira questão do inquérito: *Refira o grau de importância do desporto no processo de integração social e desenvolvimento da pessoa.*

Efectivamente houve uma amostra significativa na ordem dos 58,3% de respondentes que assumiram a importância do desporto no processo de integração social e consequente desenvolvimento das pessoas o que contrasta com os 0,9% que consideraram nada importante. Reforça este último por representar somente um único respondente. Ficando assim assumido esta dualidade como grande relevância e pertinência. Conforme tabela indicativa da frequência esperada abaixo representada que se extraiu do trabalho (Lima, 2009, p. 36):

Importância	Freq. Esperada	Freq. Observada	Percentagem	Resíduo
Nada importante	27,0	1	0,9	-26,0
Razoavelmente importante	27,0	10	9,3	-17,0
Importante	27,0	34	31,5	7,0
Muito importante	27,0	63	58,3	36,0

Quadro 1. Percentagem da frequência observada do grau de importância do desporto para a integração social de deficientes físicos

Segunda questão do inquérito: *Considera o desporto importante para a integração social destas populações?*

Nesta questão procurou-se especificar um pouco mais pelas várias tipologias de populações e sua importância no papel de integração social. Sendo que de uma forma geral a categoria de muito importante foi bastante valorizada para todos os respondentes, tendo-se no entanto salientado que as categorias dos **deficientes físicos**, figura 5 (54,55%), e **deficientes mentais**, figura 6 (50,41%), foram mais expressivas na categoria de muito importante, o que por si denota, perante a amostra em causa, uma extrapolação dos jovens perante estas realidades sociais, uma certa subalternização e reforço de secundarização de importâncias para com estas realidades sociais.

Apresenta-se também a extracção os respectivos gráficos demonstrativos (Lima, 2009, p. 38):

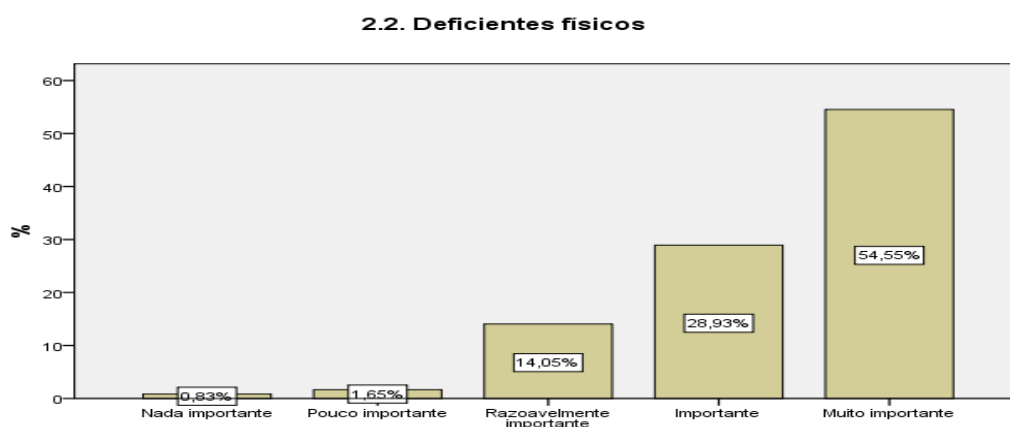


Gráfico 1. Percentagem da frequência observada do grau de importância do desporto para a integração social de deficientes físicos

2.3. Deficientes mentais

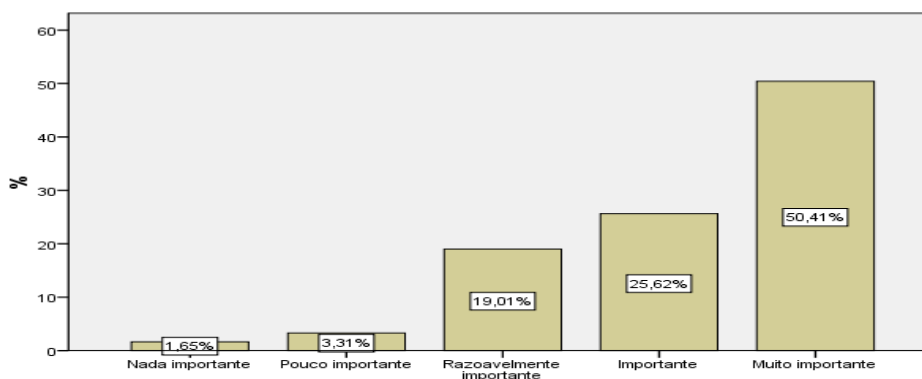


Gráfico 2. Percentagem da frequência observada do grau de importância do desporto para a integração social de deficientes mentais

Refira-se ainda neste ponto as restantes tipologias de população que em valorização no referido inquérito, foram a saber: Crianças em risco; Delinquentes; Desempregados; Estudantes; Jovens; Pai/Mãe numa família monoparental; Reclusos; Residentes estrangeiros em Portugal; Sem abrigo e Trabalhadores por conta própria.

Posteriormente as estas e outras análises efectuadas, procedeu-se então ao cruzamento de alguns dados que estão na génese deste trabalho e por tal justificam a sua continuação e exploração da temática dos atletas Paralímpicos que em desenvolvimento posterior neste trabalho se apresentará e assentará o termo deste trabalho. De que se dá nota relevante e conclusiva para o avanço deste documento.

Assim, e aplicando então a metodologia das **Estatísticas inferenciais**, efectuou-se então a **Comparação entre homens e mulheres face à importância do desporto como forma de integração social**.

Para tanto aplicou-se o Teste de Mann Whitney para dois grupos independentes entre as variáveis de género e integração social das populações verifica-se uma variação significativa nas questões de **deficientes físicos, deficientes mentais, delinquentes, reclusos e residentes estrangeiros em Portugal**, visto à luz do género **feminino** como mais importante a sua integração social consideradas por estas, sendo as restantes também uma relevância embora menos vincada, como se pode verificar nos **Quadros 2 e 3** (Lima, 2009, p. 48):

	Sexo	Frequência	HM
Crianças em risco	Masculino	51	55,92
	Feminino	67	62,22
Deficientes físicos	Masculino	50	49,91
	Feminino	67	65,78
Deficientes mentais	Masculino	50	50,67
	Feminino	67	65,22
Delinquentes	Masculino	51	51,81
	Feminino	66	64,55
Desempregados	Masculino	51	56,75
	Feminino	67	61,59
Estudantes	Masculino	51	56,74
	Feminino	67	61,60
Idosos (maiores de 65 anos)	Masculino	51	53,95
	Feminino	66	62,90
Jovens	Masculino	51	60,00
	Feminino	67	59,12
Pai/Mãe numa família monoparental	Masculino	51	56,46
	Feminino	67	61,81
Reclusos	Masculino	51	52,97
	Feminino	67	64,47
Residentes estrangeiros em Portugal	Masculino	50	52,02
	Feminino	67	64,21
Sem abrigos	Masculino	51	57,08
	Feminino	67	61,34
Trabalhadores por conta própria	Masculino	51	57,50
	Feminino	67	61,02

Nota. HM = Hierarquia de mediana

Quadro 2.

Frequência e Hierarquia de medianas (HM) para a diferença entre homens e mulheres face à importância do desporto como forma de integração social nas diferentes populações.

	M-W	Z	p-valor
2.1	1526	-1,065	0,287
2.2	1220,5	-2,775	0,006
2.3	1258,5	-2,492	0,013
2.4	1316,5	-2,092	0,036
2.5	1568,5	-0,785	0,433
2.6	1567,5	-0,832	0,405
2.7	1425,5	-1,486	0,137
2.8	1683	-0,157	0,875
2.9	1553,5	-0,883	0,377
2.10	1375,5	-1,882	0,06
2.11	1326	-1,987	0,047
2.12	1585	-0,696	0,486
2.13	1606,5	-0,574	0,566

Nota. M-W = Mann-Whitney

Quadro 3. Teste Mann-Whitney (M-W), estatística de Z e p-valor para a diferença entre homens e mulheres face à importância do desporto como forma de integração social nas diferentes populações.

É pois à súmula do trabalho e das conclusões retiradas pelo Projecto POPUDIS que focalizarei o prosseguimento deste na actividade dos atletas Paralímpicos, que se poderá assumir como um estudo de minorias, não no sentido formal de qualquer segregação étnica, racial, de mobilidade reduzida ou outra qualquer tipologia de incapacidade, mas sim e tão só pelo trabalho árduo, efectivo e por tantas vezes quase menosprezado que estes Atletas têm sido descurados na falta de reconhecimento e apoios logísticos pela Sociedade Civil e principalmente pelos sucessivos desgovernos que nos têm governado.

2. Estudo da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes

2.1. Contextualização

Nada melhor que pegar nas palavras de quem sabe, que colaborou, quem colabora com as actividades do mundo desportivo dos paralímpicos e nesse enquadramento citamos José Alípio de Oliveira do Comité Olímpico de Portugal (Cândido, 2001, p. 15):

Partindo do princípio constitucional de o cidadão portador de deficiência é titular de um direito fundamental ao desporto, registe-se e louve-se o trabalho que as várias organizações enquadradoras deste segmento do sistema, com destaque para a Federação Portuguesa do Desporto para Deficientes, vêm desenvolvendo em prol de um ideal de incontornável nobreza pelo que comporta de pedagógico, solidário e integrador. Na sequência deste sistema organizacional revelam-se e louvem-se os “actores principais” – os atletas paralímpicos. Atletas que consubstanciam padrões insuperáveis e exemplares de dignidade e perseverança, vertendo para a competição desportiva resultados de sucesso que enchem de orgulho todos os portugueses.

Neste enquadramento, constituindo o desporto um importante paradigma de desenvolvimento da sociedade e um factor cultural na formação do ser humano, a actividade e os jogos Paralímpicos contribuem seguramente para a optimização das conquistas do processo de reabilitação e para a consolidação dos níveis de acessibilidade psicológica e social desejáveis para a pessoa com deficiência.

2.2. FPDD: organização nacional e internacional

Segundo a leitura atenta do site da FPDD (FPDD, 2010a) esta assume-se como uma Federação Multidesportiva e Multideficiente que promove e continua a desenvolver as práticas cumulativas de diversas modalidades desportivas, para as sete categorias desportivas internacionais por deficiência a saber: (1) mental/ intelectual/; (2) amputados, (3) visual/cegos (4) lesionados medulares, (5) paralisia cerebral e deficiências neurológicas afins; (6) auditiva/surdos e (7) les autres.

E tem como associadas portuguesas de base as associações a seguir descritas: ANDDMOT; ANDDI – Portugal; ANDDVIS; LPDS e PC-AND. Sendo que a ANDDI - Portugal é a única associação nacional que tem estruturas intermédias, isto é, existem delegações no Norte, Centro, Sul, Madeira e Açores. A Associação de Atletas Portadores de Deficiência (AAPD) é associada extraordinária da Federação.

2.3. Associados nacionais

São associados efectivos da FPDD as cinco associações nacionais de desporto por deficiência, abreviadamente designadas por – ANDD, nomeadamente:

- 1) Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Motora – ANDDEMOT, criada em 1995: Site: <http://www.anddemot.org.pt/>;
- 2) Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual – ANDDI - Portugal, criada em 1990 – 2008: Site: <http://www.anddi.pt/>;
- 3) Associação Nacional de Desporto para Deficientes Visuais – ANDDVIS, Site: <http://www.anddvis.org.pt/>;
- 4) Liga Portuguesa de Desporto para Surdos – LPDS, criada em 1981: Site: <http://www.lpdsurdos.org.pt/>
- 5) Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto – PC-AND, criada em 1962 – 1982: Site: <http://pcand.net78.net/index.php?module=inicio&pageid=3>

2.4. Associados internacionais

Por outro lado e a nível internacional a FPDD é filiada e está representada nos seguintes organismos:

- *International Blind Sport Federation* – IBSA;
- *CPISTRA Boccia Committee / Cerebral Palsy International Sport and Recreation Association* – CBC / CPISTRA;
- *International Committee of Silence Chess* – ICSC;
- *International Committee of Sports for the Deaf* – ICSD;
- *International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability* – INAS FID;
- INAS-FID Europa;
- *Down Syndrome International Swimming Organisation* – DSISO;
- *International Athletics Association for Down Syndrome* – IAADS;
- *International Wheelchair and Amputee Sport Federation* – IWAS;

- *International Council of Sport Science and Physical Education – ICSSPE;*
- *European Deaf Sport Organization – EDSO;*
- *International Wheelchair Basketball Federation Europe – IWBF.*

2.5. Objectivos da FPDD

Contextualizado num percurso anual que exploramos as principais actividades desenvolvidas pela Federação desde finais de 2006, poder-se-á enquadrar que em 2007 a Federação foi eleito como um espaço temporal, em que a par do desenvolvimento das actividades nos diversos domínios, de forma a se desenvolver e aprofundar a prática desportiva regular, visaram o objectivo da questão do alargamento do número de modalidades e aumento do número de pessoas com deficiência com actividade desportiva regular, a par também, pretendeu esta garantir o desenvolvimento de actividades de qualidade e frutíferas, relativamente aos objectivos da Alta Competição e Selecções Nacionais para o projecto dos Jogos Paralímpicos de Pequim.

Ainda a FPDD e os demais agentes desportivos, foram confrontados com a necessidade emergente de assumirem uma postura reflexiva, quanto ao futuro da organização desportiva na vertente dos desportos para pessoas com deficiência, pelo que foram constituídos espaços de excelência para esta acção de reflexão conjunta quanto ao futuro modelo desportivo. Pois tratava-se ao tempo de ter sido considerado como objectivo programático de que o ciclo paraolímpico 2008–2012, deveria ser desenvolvido já num quadro institucional diferente do existente, nomeadamente, através do futuro Comité Paralímpico de Portugal, a ser criado.

Em 2008, de novo o projecto de intervenção da Federação consistiu em consolidar as políticas de implementação, organização e promoção das várias actividades desportivas como também reforçou-se os factores que assumiram-se como estruturantes para a dinâmica no movimento desportivo para as pessoas com deficiência, nomeadamente, através do processo de efectiva inclusão na dinâmica federativa, da Associação de Atletas

Portadores de Deficiência (AAPD) e da Liga Portuguesa de Desporto para Surdos (LPDS) e da assim como, contribuir para uma solução organizacional na área desportiva da deficiência visual, conforme acordado com a Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal (ACAPO), não perdendo de vista, o objectivo de melhorar e intensificar os canais e processos de comunicação e relacionamento institucional, através de novos instrumentos que foram disponibilizados para o efeito.

A par do desenvolvimento das actividades nos diversos domínios, desenvolveram-se os Projectos Bicas e Super Atleta como instrumentos fundamentais que deram continuidade de potenciarem a prática desportiva regular, tendo em visto o aumento do número de modalidades e o crescimento do número de pessoas com deficiência que regularmente tem acesso à prática de actividades desportivas como apoio e fim ao desenvolvimento à actividade desportiva de Alta Competição e Selecções Nacionais e do Projecto Pequim. Ainda em 2008, refere-se também a formal criação do Comité Paralímpico de Portugal, órgão disciplinador de todas estas actividades que se dará conta em ponto à frente, sendo que a sua génese remonta aos anos de 2006, nas tentativas de articulação das várias ANDD.

Em 2009, foi considerado um ano extremamente exigente, pois ao abrigo do novo Regime Jurídico das Federações foi imprescindível um compromisso extraordinário de grande capacidade e flexibilidade e de adaptação por parte de todos os elementos da federação para que se fosse ao encontro dos objectivos impostos pela tutela. Para tal, foram transferidas algumas competências da FPDD para o recente criado Comité Paralímpico de Portugal apostando-se num programa de cooperação entre ambas as instituições, sendo que foi fundamental uma reestruturação no modelo de funcionamento da FPDD afim de dar prioridade às suas acções tendo em conta este novo modelo organizacional de desporto para atletas com deficiência em Portugal. Norteado sempre para o aumento da prática desportiva por pessoas com deficiência bem como para o alargamento das modalidades praticadas pelas mesmas e igualmente a aposta na formação de técnicos, oficiais e classificadores médico-desportivos foi de fulcral importância.

Realça-se igualmente que foi criado em 2009 um instrumento de gestão dos serviços e objectivos da Federação que tinha com objectivo central balizar uma proposta de trabalho no âmbito do quadriénio 2009-2012.

Segundo a FPDD e ao abrigo dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo (Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro) acordados entre o Instituto de Desporto de Portugal (IDP) / Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto (SEJD) / Presidência do Conselho de Ministros e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) / Secretaria de Estado Adjunto e da Reabilitação (SEAR) / Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) aplicou-se o Plano de Actividades previsto para 2009-2012, com as respectivas normas em vigor à data.

Finalmente e com dados disponíveis de 2010, a FPDD concretizou entre outros os seguintes objectivos: A revisão da Estrutura Regulamentar de acordo com as alterações estatutárias; Submeteu à Administração Pública Central e Local propostas de candidaturas no âmbito dos Contratos-Programa visando os apoios financeiros, técnicos e materiais para o associativismo desportivo; Reformulou o processo de constituição das Entidades representativas dos agentes desportivos a englobar na FPDD e apoiou a consolidação da AAPD – Associação de Atletas Portadores de Deficiência Contratualização com o Comité Paralímpico de Portugal (CPP) tendo por objectivo a preparação dos atletas para os Jogos Paralímpicos Londres 2012, Global Games 2013 e Surdolímpicos Atenas 2013; Igualmente como em anos transactos ao nível desportivo, promoveu o desenvolvimento de novas modalidades adaptadas; Reforçou os laços de cooperação com o Comité Paralímpico de Portugal (CPP); Reformulou a estrutura orgânica da FPDD; Reformulou a sua imagem institucional e o Programa de Marketing Desportivo considerando o acordo estabelecido com o CPP no âmbito dos Projectos já acima referenciados Super Atleta e Bicas Adapte um Desporto; Manteve e reforçou a sua filiação e laços de cooperação com o Comité Olímpico de Portugal (COP) e com a Confederação de Desporto de Portugal (CDP, 2010); Promoveu e desenvolveu programas no âmbito das parcerias estabelecidas com as Entidades Públicas e Privadas, nomeadamente Acordos e Protocolos com Câmaras Municipais, Gabinetes

Coordenadores do Desporto Escolar, com a Fundação INATEL e com as Federações Desportivas de modalidade; Estreitou laços de cooperação internacional no domínio do desporto em particular com os PALOPs; Reforçou e estreitou a articulação com os associados (ANDD's, AAPD e outros) dando atenção as particularidades e as especificidades de cada uma e manteve e melhorou a cooperação com a tutela de desporto e reabilitação nomeadamente com o Instituto de Desporto de Portugal (IDP) / Presidência do Conselho de Ministros e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) /Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto (SEJD) / Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) / Secretaria de Estado Adjunto e da Reabilitação (SEAR).

2.6. Situação desportiva desde 2008/2009

Os dados que se apresentam relativos à situação desportiva como bons foram os que se encontram disponíveis nos relatórios anuais consultados da Federação, sendo que também alguns remontam a 2005 e outros mais recentes a 2009 como se irá evidenciar nos quadros apresentados nos pontos seguintes.

2.7. Elementos desportivos 2008/ 2009

Elementos Desportivos	2008	2009
Nº de praticantes	2.799	2.576
Taxa de Crescimento	0,9%	-0,9%
Nº de praticantes femininos	855	737
Taxa de participação feminina	30,5%	26,3%
Nº de praticantes nos escalões jovens (até juniores)	33	168
Taxa de Participação nos escalões Jovens (até juniores)	1,2%	6,5%
Implantação Geográfica (Nº distritos)	20	20
Clubes em actividade	187	189
Acções de formação	35	58
Nº Árbitros e Juizes	81	55
Nº Treinadores	162	255

Quadro 4. Elementos desportivos 2008/ 2009 (Fonte: FPDD, 2010a).

Com base em dados compilados relativos 2007 o número de praticantes desportivos com seguro desportivo eram de 3073 o número total sendo 767 o total de femininos e 2306 os masculinos e para 2008/ 2009 o número total de praticantes desportivos com seguro desportivo foi de 2576, sendo 733 o total de femininos e 1843 os masculinos.

Mais ainda num universo de cerca de um milhão da população portuguesa portadora de uma ou mais formas de deficiência (9,16%, isto é 905.488 segundo SNRIPD 1996, e 6,1%, i.é, 634.408, INE 2002) são 2576 os atletas que praticam regularmente desporto, tomam parte nas competições desportivas e têm seguro desportivo.

Ainda e conforme o relatório da FPDD de 2010 e das ANDD fazem parte 189 clubes existentes nos 18 Distritos e nas duas Regiões Autónomas (Açores e Madeira).

Quanto à implantação geográfica dos agentes desportivos nas várias modalidades desportivas no país, estes são a dados de 2010 um total de 345, distribuídos da seguinte forma: Dirigentes – 65; Juizes e Árbitros; 55 (onde se incluem os classificadores) e Treinadores e monitores - 225.

2.8. Atletas do subsistema de Alto Rendimento e Selecções Nacionais/Modalidades

O número total de atletas que estiveram integrados neste subsistema foram de 335, distribuídos, em Estatuto, Percurso e Selecções Nacionais, da seguinte forma para 22 desportos identificados:

Estatuto	Percurso	Selecções Nacionais
77	14	244

Quadro 5. Estatuto, Percurso e Selecções Nacionais (Fonte: FPDD, 2010a).

Sendo que neste item conseguiu-se encontrar em detalhe mais alguma evolução dos dados a partir de 2005, que igualmente se apresenta na tabela e gráfico abaixo apresentadas, quer quanto ao Estatuto e preparação Paralímpica do Projecto Londres 2012 quer quanto à tipologia de actividade desportiva:

Praticantes no Regime de Alto Rendimento e Selecções Nacionais	2005	2006	2007	2008	2009
Com Estatuto	29	46	57	93	77
Com Percurso	4	19	32	33	14
Selecções Nacionais	216	165	184	171	244
TOTAL	249	230	273	297	335

Quadro 6. Praticantes no Regime de Alto Rendimento e Selecções Nacionais (Fonte: FPDD, 2010a).

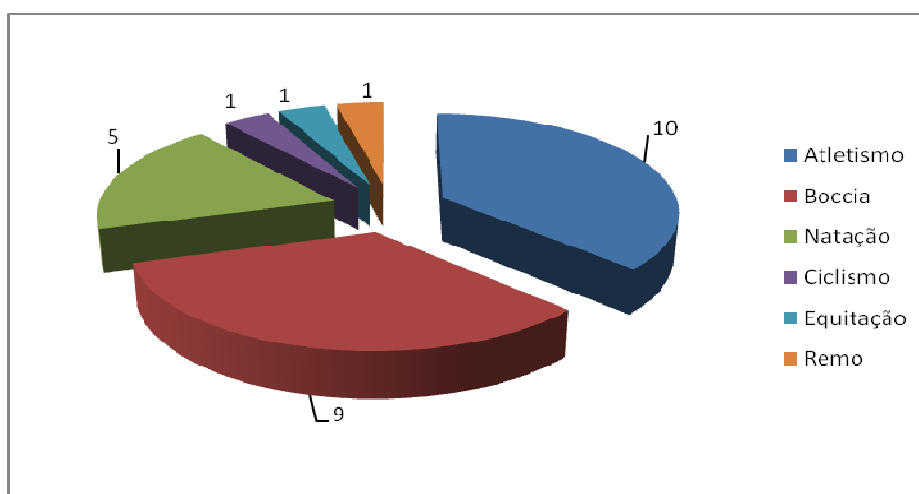


Gráfico 3. Modalidades desportivas de cidadãos portadores de deficiências. (Fonte: FPDD, 2010a; FPDD, 2010b para os relatórios de 2008 e 2009).

- **Total: 27**

- **Modalidades: 6**

2.9. Financiamento – Apoios institucionais

Igualmente neste item conseguiu-se encontrar dados sob as formas e processos de financiamento bem como dados síntese à data de 2005 a 2009, que são demonstrativos das parcas verbas envolvidas com estas tipologias de desporto Paralímpico, para um universo de cerca de +- 2500 praticantes nas suas várias modalidades de desporto adaptado. Se naturalmente comparadas com os números de vários zeros que diariamente temos acesso de outras actividades desportivas não claro está de atletas com deficiência.

Estes apoios provêm actualmente da Administração Pública que através da FPDD assinou o Contrato-Programa com o IDP e com o INR já anteriormente referidos, beneficiando pois de apoios financeiros e/ou técnicos para os seguintes Programas: Desenvolvimento da Prática Desportiva; Enquadramento Técnico; Alto Rendimento e Selecções Nacionais; Formação de Recursos Humanos e Programa de Apoio ao Funcionamento das ONG do INR.

O Apoio do INR pode ser sintetizado da seguinte forma:

	2005	2006	2007	2008	2009
Apoio Financeiro ao funcionamento das ONG	51.000€	51.500€	48.028€	53.733€	55.300€

Quadro 7. Apoio deste último INR (Fonte: FPDD, 2010a; FPDD, 2010b para os relatórios de 2008 e 2009).

Sendo de realçar ainda que o Programa de Desenvolvimento Desportivo (DPD) em 2010, teve um orçamento estimado em 1.102.251.26€ (FPDD, 2010a) que se destinou à execução de quatro Projectos: Organização e Gestão; Desenvolvimento da Prática Desportiva; Projectos Inovadores de Desenvolvimento da Prática Desportiva Juvenil e Dirigentes e Técnicos que ocupam cargos e desempenham funções em organismos Desportivos internacionais.

2.10. Modalidades apoiadas da actividade desportiva pelas AADD

O Programa então proposto DPD foi desenvolvido pela Federação em estreita colaboração com as cinco associações nacionais de desporto por área de deficiência (ANDD), abrangendo 23 desportos, mencionados no seguinte quadro:

Apresenta-se a seguir um quadro sintetizando o desenvolvimento da Actividade Desportiva por ANDD:

Disciplina	ANDEMOT	ANDDI Portugal	ANDDVIS	LPDS	PC-AND
Atletismo	X	X	X	X	X
Basquetebol	X	X		X	
Boccia					X
Bowling				X	
Canoagem	X				
Ciclismo	X	X			
Futsal		X		X	X
Futebol de 7		X			X
Futebol de 11		X		X	
Ginástica		X			
Goalball			X		
Handbyke	X				
Judo		X		X	
Karaté				X	
Lutas Amadoras				X	
Multiactividades		X			
Natação	X	X		X	X
Remo		X			X
Slalom					X
Taekwondo				X	
Ténis de Mesa	X	X		X	
Voleibol de Praia				X	
Xadrez				X	

Quadro 8. Desenvolvimento da Actividade Desportiva por ANDD (Fonte: FPDD, 2010a).

2.11. Galardões e Prémios

Importa apresentar aqui alguns nomes na Gala de Desporto da CDP em 2009, onde foi considerada "Personalidade do Ano" Jorge Carvalho; como **Campeões Surdolímpicos** o Hugo Passos – Luta Greco-Romana; a Joana Santos – Judo + 63kg; como **Campeões do Mundo o Leandro Santos** – Ciclismo: Campeão Absoluto, a Lenine Cunha – Triplo Salto e Heptatlo, a Mannie NG – 100m Bruços e 200m Costas (Recorde do Mundo) e o Pedro Isidro – 10km Marcha; na **Seleção de Atletismo Masculina**: António Monteiro, Bruno Gaspar, Claudino Matos, Fábio Santos, Ivo Ferreira, Jorge Fernandes, Lenine Cunha, Paulo Pinheiro, Pedro Isidro, Rui Ferreira, Ricardo Marques, Tiago Duarte e Vítor Pleno; na **Seleção de Atletismo Feminina**: Ana Ramos, Carla Lisboa, Inês Fernandes, Margarida Sousa, Maria Graça Fernandes, Maria Inácio, Maria Amador e Maria Maganinho; na **Seleção de Basquetebol Masculina**: Alcides Fernandes, António Lopes, Carlos Duarte, Duarte Araújo, Fernando Pereira, Hélder Santos, João Nunes, José Cunha, Ricardo Martins, Rui Pereira e Vítor Carinhas; na **Seleção de Ciclismo Masculina**: André Penedo, Augusto Pereira, Carlos Carvalho, Fábio Ferreira, Leandro Santos, Mário Gonçalves e Rui Soares; na **Seleção de Futsal Masculina** – André Gomes, Fávio Silva, Filipe Gonçalves, Francisco Garcia, Guilherme Silva, José Rodrigues, Luís Teixeira, Nelson Paulo, Nelson Reis, Nuno Teixeira, Ricardo Béu, Sérgio Henriques e Tiago Figueirinha; como **Campeões da Europa**: o Fernando Ferreira – Individual BC2; a Inês Fernandes – Lançamento do Peso; a Lenine Cunha – 60mts, Salto em Altura, Triplo Salto, Salto em Comprimento e Pentatlo (Recorde do Mundo); o Luís Gonçalves – 400mts; o Nuno Alves – 1.500mts e 5.000mts; o Pedro Isidro – 3km Marcha; nos **Pares BC3**: José Macedo, Luís Silva e Mário Peixoto; na **Equipa BC1/BC2**: António Marques, Cristina Gonçalves, Fernando Ferreira, João Paulo Fernandes e Pedro Silva; na **Estafeta 4x400m**: Claudino Matos, Fábio Santos, Lenine Cunha e Vítor Pleno; e por fim não menos importante na **Seleção de Atletismo Masculina (Meia-Maratona)**: António Mariz, Bruno Gaspar, João Monteiro, João Silva e Paulo Pinheiro.

3. Comité Paralímpico de Portugal

Embora já no ponto anterior se tenha abordado este assunto, parece-nos de total e melhor apreensão para a temática que nos propomos trabalhar adiante que se faça uma pequena exploração de apresentação deste organismo.

A constituição do Comité Paralímpico de Portugal (COP, 2010) ocorreu durante o ano de 2008, com a sua normal entrada em funcionamento, regular e legal, situando-se mais concretamente após os jogos Paralímpicos de Pequim. Sendo que havia sido proposta em decisão tomada já em 2006, pela Direcção da FPDD, em estreita articulação com a maioria das ANDD.

A sua admissibilidade, e conseqüente registo, remonta a 30 de Junho de 2006 no RNPC³. Já a então Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro) consagrava a possibilidade de constituição do Comité Paralímpico de Portugal (Art.º13.º), aliás conforme prevista também pelo (Art.º 26.º) da Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho, iniciativa de inclusão que foi proposta pela Federação.

Foi igualmente proposto previamente a com a constituição formal do Comité Paralímpico, a assinatura de um Contrato-Programa (DL-273/2009) a estabelecer entre a FPDD e a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, que tinha por objecto o apoio técnico e financeiro da Administração Pública Desportiva para a criação do Comité Paralímpico de Portugal em conformidade, note-se que veio a acontecer em 2009, com um caderno de encargos, que contemplava as seguintes necessidades:

- Encargos com o processo para a constituição e reconhecimento da personalidade jurídica do Comité Paralímpico de Portugal;

³. Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

- Meios financeiros para a contratação de recursos humanos para as diferentes áreas de funcionamento;
- Encargos para a representação do Comité Paralímpico de Portugal nos Jogos Paralímpicos de Pequim 2008, a integrar na Família Paralímpica, com o objectivo de promover o Comité e o seu programa para o Ciclo 2009/2012;
- Encargos com a aquisição da sede administrativa e social e, respectivo mobiliário e equipamento de escritório e administrativo, equipamento informático;
- Comparticipação financeira para a execução do Programa de Preparação e Participação Paralímpica para os Jogos de Londres 2012, bem como para o Projecto Esperanças Paralímpicas 2016.

4. Associação Nacional de Atletismo em Cadeiras de Rodas

Introduzida a temática já justificadamente quer no ponto 3. e 3.1. entende-se então explicar a razão da nossa escolha, ou seja focalizar-mos mais o nosso trabalho no desporto de Ciclismo adaptado, de forma a tentar perceber as suas adversidades, quer propriamente na sua execução, espaços disponíveis, apoios logísticos, apoios humanos, movimentos de apoio, apoios financeiros, entre outros e acima de tudo na perspectiva do nosso trabalho como o desporto meio de inclusão social.

Pareceu-nos assim que depois de prévia selecção de modalidades desportivas seria esta uma representativa de uma Minoria, enquanto movimento desportivo geral, não e reafirmo no meu trabalho de defesa de Licenciatura (Lima, 2009, p. 34):

(...) sentido formal de qualquer segregação étnica, racial, de mobilidade reduzida ou outra qualquer tipologia de incapacidade, mas sim e tão só pelo trabalho árduo, efectivo e por tantas

vezes quase menosprezado que estes Atletas têm sido descurados na falta de reconhecimento e apoios logísticos pela Sociedade Civil.

Igualmente por desconhecimento das várias Associações mais específicas ligadas ao desporto de capacidades motoras reduzidas procedeu-se numa primeira fase a uma pesquisa exaustiva na internet e em outras literaturas dos acervos disponíveis nas bibliotecas quer da UFP (Porto e Ponte de Lima), sendo que depois de similarmente triagem feita ter-se contactado a Associação Nacional de Atletismo em Cadeiras de Rodas (ANACR), através de correio electrónico enviado, tentando recolher dados e informações de dois atletas que nos pareceram ser um bom contributo os seus testemunhos para este trabalho.

Efectivamente e prontamente o seu Presidente Sr. Mário Trindade, que desde logo se agradece a sua colaboração, nos respondeu ao mesmo disponibilizando a informação que havíamos solicitado sobre os atletas Alexandrino Silva e João Correia, oriundos respectivamente das zonas de Barcelos e Santo Tirso, especialmente atletas consagrados no desporto de ciclismo adaptado, já com provas dadas e reconhecidas internacionalmente.

CAPÍTULO 4.

Estudo empírico

1. Enquadramento e metodologia

Optando por um quadro de análise micro-sociológico, de cariz qualitativo (Gérin-Lajoie, 2002), utilizou-se o modelo interactivo (Hérbert *et al.*, 2005, p. 107), para a redução, procura e levantamento dos dados necessários, através de algumas notas de trabalho que fomos elaborando, bem como excertos de documentação que consultamos, e vários livros que se menciona na bibliografia anexa, no final para consubstanciar o mesmo, realizou-se duas entrevistas, a duas pessoas com estreita responsabilidades e ligações ao desporto adaptado.

Tentou-se organizar esta sistematização de recolha de dados para perceber o enquadramento e representação desta realidade da vivência. Numa primeira fase sondou-se os entrevistados para a sua disponibilidade de colaboração para o autor deste trabalho, o que desde logo aconteceu. Mas efectivamente a complexidade de vidas atribuladas de ambos os entrevistados, proporcionou-se num atraso no andamento e conclusão deste trabalho.

Estas entrevistas foram preparadas com base no estudo prévio já referido (Projecto POPUDIS), que permitiu delinear um guião mais pormenorizado (**Anexo 2.**) e aplicar o mesmo no quadro de um cronograma previamente delineado (**Anexo 3.**).

A entidade que numa segunda fase contactamos, foi ANACR e dois atletas de ciclismo adaptado Alexandrino Silva (Silva, 2011) e João Correia (Correia, 2011) oriundos respectivamente das zonas de Barcelos e Santo Tirso.

O testemunho do Alexandrino Silva foi efectuado através de entrevista oral, sendo a responsabilidade da composição das suas respostas do autor deste trabalho. Quanto ao testemunho do João Correia foi dado por escrito pelo que e dada a qualidade de resposta e organização mental do escrito o autor deste trabalho verteu *ipsis verbis* as mesmas no presente documento.

2. Aplicação do estudo

Análise do contexto socio-económico e sua influência/trajectória profissional dos entrevistados numa percepção de sensibilizar as pessoas sobre o tema “Desporto adaptado”; informar as pessoas sobre a temática; identificar as modalidades inseridas no desporto para deficientes praticadas em Portugal; averiguar os apoios institucionais e financeiros e sobretudo caracterizar dois atletas praticantes de atletismo em cadeira de rodas.

2.1. Entrevistas

As entrevistas foram de tipo semi-estruturada, sem gravação, com apontamentos e testemunho escrito, efectuadas em vários momentos, através de contactos pessoais, via correio electrónico e contactos telefónicos.

A diversidade destes procedimentos permitiu recolher todos os elementos pretendidos, sem interferir nas agendas nem condicionar os entrevistados — um aspecto a aautelar nos estudos sobre qualquer grupo minoritário.

2.2. Dados sócio-demográficos

Recolheu-se o elementos essenciais de cariz sócio-demográficos, nomeadamente: Local de residência; Idade; Habilitações; Filiação/Família; Estudos; Percurso desportivo; Percurso familiar; Função/Trabalho.

Alexandrino Silva (abreviado AS):

De nome completo Alexandrino Ribeiro da Silva, nasceu em 16/3/1967, em Areias de Vilar, Concelho de Barcelos, é o quarto filho de uma família de oito irmãos vive actualmente com a sua Mãe M^a da Conceição da Silva Ribeiro em Vilar do Monte - Barcelos; 4^a classe; Tem um percurso invejável de palmarés que se destaca Campeão de Meia Maratona em 2004, 2005, 2006 e 2007; Recordista Nacional de Maratona, Meia Maratona e 10 000M; Participação no Meeting de Barcelona nas provas de 5000M e 1500M e participação na Maratona dos Jogos Paralímpicos de Pequim em 2008. Participou igualmente em muitas outras provas estando no presente a preparar-se para se qualificar com os mínimos para os Jogos Olímpicos de Londres em 2012; Por acidente de mota em 1992, com 25 anos, sofreu a amputação completa do membro inferior esquerdo, tendo-lhe sido atribuído 70% de incapacidade, não teve à data apoio pecuniário de indemnização e utiliza actualmente uma prótese de compensação; Estando desempregado desde há já algum tempo, dedica-se a tempo inteiro à actividade desportiva do desporto Ciclismo adaptado, sendo que também pratica a actividade desportiva de Basquete adaptado.

João Correia (abreviado: JC):

De nome completo João Paulo Martins Correia, nasceu em 20/07/83, em Santo Tirso, Concelho de Santo Tirso; 12^o ano; vive actualmente com seus pais perto de Santo Tirso, teve um percurso invejável de palmarés de que se destaca os mínimos para a participação no Campeonato da Europa de paralímpicos em 2001 na Suíça, Primeira medalha Portuguesa de atletismo em cadeiras de rodas no Campeonato Europeu de 2003 nos Países Baixos, Medalha de Prata no Campeonato Europeu de Atletismo na Finlândia em 2005, sendo que em Portugal é detentor ainda das distâncias dos 100, 200 e 400M tendo sido campeão nacional durante os vários anos 2000 a 2006 interruptivamente; Foi o rosto do Projecto já acima descrito “Super Atleta” Atenas 2004, entre outros; foi vítima de acidente com a tenra idade de dois anos, atropelamento na via pública por um indivíduo que

conduzia sob o efeito do álcool, tendo após vários anos a recuperação da mobilidade dos membros superiores, tronco e cabeça, ou seja numa linguagem técnica - paraplégico, com compressão medular “C1” e lesão total na vértebra cervical “C6”, permitindo pois a movimentação em cadeiras de rodas; Posteriormente em 2006 a sua situação agravou-se devido ao constante esforço físico das competições, tendo estado à beira de ficar tetraplégico — após várias intervenções cirúrgicas conseguiu vencer essa etapa; Actualmente trabalha como técnico de Informática numa Escola em Santo Tirso e pratica agora em paralelo a actividade desportiva de Basquete adaptado.

2.3. Perguntas efectuadas e respostas

1 - Quando se fala de deficientes/ deficiência como encara estas questões?

AS – *Não se considera de todo um deficiente mas sim e tão só um individuo que não têm o membro inferior esquerdo (perna total). Pois considera que quando se fala de deficientes deverá-se falar de quem padece de deficiência mental. Reforçando ainda esta visão que deveria haver lugar a uma total separação nas actividades de desporto, quanto a deficiências físicas e mentais. Ou seja diz-nos o mesmo que na sua vida quotidiana faz uma vida perfeitamente normal, referindo-se e acentuando ainda que aquando a sua participação nos jogos paralímpicos de Pequim ter autonomamente andado de pé, nas velhas muralhas da China, com mais empenho e força em relação aos outros colegas de comitiva ditos “normais”.*

JC – *De forma natural, por considerar não existem cidadãos perfeitos.*

Cada cidadão é portador de uma qualquer limitação seja ela física, intelectual, emocional ou comportamental.

Deficiente são aqueles que não aceitam encarar que possuem determinada limitação, recusa-se a supera-la.

No que toca às pessoas portadoras de limitações físicas, mentais, visuais, auditivas julgo que a própria sociedade ainda não tem uma ideia clara do que estes handicaps representam nas suas vidas destas pessoas.

É algo que só o tempo irá mudar este estigma preconcebido na sociedade portuguesa.

2 - Quando sucedeu a fatalidade que o lançou para esta nova vida, qual o sentimento para esta?

AS – No princípio *foi bastante complicado aceitar a sua nova situação quer pela abdicção de algumas actividades* que hoje não pode de todo efectuar quer e realça a morosidade temporal que teve internado no Hospital, mais de 2 anos em recuperação. Tendo ainda algum sentimento de revolta por não ter tido algum tipo de apoio legal, nem tão pouco de indemnização, pois efectivamente encontrava-se em situação irregular no País onde sofreu o embate frontal que viria a ter como consequência a sua amputação. Reforçando ainda o tempo de quase um mês de avaliação por parte do corpo clínico quanto a esta última decisão final.

JC – *Como sofri o acidente ainda em criança (2 anos e meio) não tive a percepção do que a “fatalidade” podia acarretar na minha vida futura.*

3 - O desporto foi uma forma de dar sentido à sua vida, numa perspectiva de inclusão social?

AS – *Sim afirma convictamente de todo. Foi essa a forma de superar os sentimentos de frustração, tristeza e receios que se haviam instalado na sua vida. Quis pois demonstrar a Sociedade dita “normal” que apesar da sua incapacidade motora, mesmo que não tivesse a prótese, poderia andar e movimentar-se de pé com o auxílio de “canadianas” nunca de cadeira de rodas. Aliás trabalhava numa fábrica a par de outros colegas igual para igual.* Reforça ainda esta sua percepção de inclusão social o reconhecimento no seu meio onde vive, pois inclusive lhe fizeram uma homenagem aquando da participação nos jogos

paralímpicos de Pequim. Pois apesar de não ter conseguido nenhuma medalha alcançou e superou a prova apesar de um percalço - furo no pneu - da cadeira.

JC – *Por ter sofrido o acidente ainda em tenra idade, o desporto apareceu na minha vida, de forma natural. Sempre fui uma pessoa que não gostava de me separar dos meus colegas, independentemente do que estavam a fazer (desporto inclusive). A minha criatividade e dos meus colegas foram permitindo uma forma de inclusão que aos olhos dos adultos era algo novo. Apesar da minha idade admito que a sociedade tem um papel importante no destino que junto das famílias das pessoas portadoras de deficiência lhes é traçado. A família é inegavelmente o pilar daquilo que somos enquanto pessoas. Admito que eles (meus pais) sempre fizeram “ouvidos moucos” àquilo que outros já tinham traçado para a minha vida.*

4 - A “mecânica” institucional é acolhedora e atenta às vossas adversidades?

AS – De todo, a sociedade civil está completamente dessensibilizada para as questões dos deficientes, pois referiu que por iniciativa própria haver contactado com *várias entidades pessoais, institucionais para a obtenção de algum patrocínio das suas actividades* sem qualquer retorno, dado a pouca expressão que estas actividades representam no mundo desportivo em detrimento de outras categorias desportivas tão mediaticamente populadas como a exemplo o futebol e concretamente aos recursos escandalosamente envolvidos.

JC – *De forma alguma, o problema das pessoas que possuem por exemplo uma limitação física, obrigatoriamente passam por um hospital. Se for congénita, é detectável no próprio hospital. Se for adquirida essa pessoa passa também pelo hospital.*

Não se entende portanto, como não há, uma “mecânica” preparada dentro dos centros hospitalares, para dar o devido acompanhamento a estas pessoas e suas famílias.

Os recentes problemas de saúde por causa da lesão desportiva adquirida, levou-me a querer saber um pouco mais sobre o que é feito de facto nos hospitais. E é macabro, ouvir comentários de Directores de Unidades de Ortopedias de Neurocirurgia de Hospitais Centrais, onde claramente se prenunciam que a prioridade é libertar camas. Assim que

cl clinicamente as pessoas se encontrem num estado de regressar a casa é dada ordem de retomar a suas casas, sem antes saberem se as mesmas possuem condições para receberem uma cadeira de rodas. Vivemos num constante empacotamento de pessoas (portadoras de deficiências motoras) todas os dias. Estes factos justificam em grande parte o porque de não nos cruzarmos com maior regularidade com mais pessoas portadoras de deficiências motoras no dia-a-dia.

5 - Qual o papel das instituições que estão filiados desempenham nas vossas actividades?

AS – Nesta resposta mostrou desde logo alguma prudência na mesma, pela sua timidez de contacto e exposição, pois efectivamente disse haver várias entidades envolvidas na defesa e organização do desporto adaptado, concretamente ao nível de cúpula que entende-se serem agentes de entraves e consumistas dos recursos financeiros que o Estado dá, pois no cabal apoio diário, compra de equipamento, equipamento de desgaste se não fora os apoios das entidades locais como é o caso da Associação a que está ligado ANACR e principalmente a sua boa gestão própria financeira seria de todo impossível participar em qualquer competição ou mesmo treinamento.

Igualmente referiu alguma “*identificação*” por parte de alguns dirigentes desportivos porquanto em termos de futuras retaliações, e esquecimentos.

JC – *Neste momento estou de forma activa a trabalhar em duas Instituições.*

A Associação Nunca Desistas, da qual sou fundador e presidente, que tem nos seus objectivos a defesa dos interesses dos atletas Paralímpicos, durante e após as suas carreiras. Uma Associação que apesar de ser já considerada IPSS, contudo no momento não possui qualquer tipo de apoio Estatal, sobrevivendo única e simplesmente do voluntariado e de apoios que são canalizados directamente para os atletas.

APD Braga, *Instituição a que pertenço desde 1991. Na altura e até à data a única existente num raio de 30 Km onde poderia encontrar um local em que pudesse praticar atletismo em cadeira de rodas e basquetebol. Iniciei o meu percurso desportivo em 1991 numa corrida de demonstração, em Santo Tirso. Nessa altura os meus familiares,*

abordaram os responsáveis pela Instituição e pediram informações, de onde, como e que tipo de apoios poderia prestar. É óbvio que os apoios eram nulos, mas o clima que presenciem apaixonou-me e levaram que os meus pais me levassem desde Santo Tirso a Braga todas as semanas. Esta partilha de experiências entre pessoas com o mesmo tipo de limitações que eu, fizeram-me acreditar ainda mais de que sim, era possível vir a ter uma vida dita “normal”. A paixão pelo desporto virou-se a determinada altura para o atletismo, dadas as minhas características para competir em curtas distâncias. Foi uma aposta que surtiu efeitos, ao conseguir trazer para Portugal a primeira medalha internacional no atletismo em cadeira de rodas.

Hoje após a lesão que me afastou da prática desportiva, encontro-me na gestão desportiva desta instituição.

6 - A realidade de hoje, face à sua integração social foi ou é correspondida?

AS – Em, parte respondeu a esta questão na pergunta 3, é pois *Sim*, não sente nenhum complexo de marginalização perante a sociedade, pois assumiu a sua situação familiar como *solteiro por opção e não por ter qualquer comportamento desviante*. Bem como o empenho a tempo inteiro ao desporto como prioridade assumida no presente. Pois apesar de não ser afortunado, vive com um pensão de invalidez muito reduzida, mas *como não tem grandes encargos financeiros vai conseguindo “sobreviver”*.

JC – *A nível desportivo posso dizer que não. O João Correia, após a lesão, caiu no esquecimento por parte de todas as entidades, fossem elas privadas ou estatais.*

Dada a gravidade de lesão, onde nenhum especialista de neurocirurgia (dentro ou fora de portas) frontalmente me diziam que a situação era para eles nova e não sabiam se sairia do problema com vida, levou-me pela primeira vez a equacionar qual o sentido da nossa existência. Já não teria eu sofrido o suficiente ao longo destes anos?

Do estudo exaustivo por parte da equipa de neurocirurgia do Hospital S. João, que amavelmente e graças ao dinheiro que pedi emprestado para me tratar (sim porque o Estado português, me tinha virado as costas), decidimos (eu, família e equipa médica),

mobilizar os meios para o Hospital Privado da Arrábida, onde fui operado 3 vezes em 2 anos. Foi durante esta fase de recuperação (com o corpo imobilizado), que percebi que independentemente da nossa condição, podemos sempre ser úteis à sociedade. Aqui começou a minha aposta pessoal na integração social.

Com a bagagem que trazia enquanto atleta e com a experiência do mundo do Marketing, mesmo metido numa cama tentei mostrar a minha forma de ver o mundo do desporto adaptado a inúmeras entidades nacionais, com o objectivo de captar apoios que permitissem adquirir mais e melhores meios de forma a integrar na sociedade através do desporto, o máximo de pessoas possível.

7 - A temática “Boas Práticas” no desporto como em outra qualquer actividade têm relevância para si ou para o seu relacionamento estrutural?

AS – *Sim, sendo que considera ele que o treino diário é importantíssimo como questão de boas práticas, com refere *corro sempre para ganhar, e não para ficar em segundo*, o horizonte e objectivo final é *sempre Ganhar*, e como tal se não tiver uma disciplina pessoal e acompanhada pelo apoio do seu treinador não conseguirá de todo alcançar as metas a que se propõe.*

JC – *Como em qualquer actividade, se não existir uma boa organização interna é mais difícil se atingir os resultados esperados.*

No desporto adaptado, julgo que a estrutura organizacional actual de funcionamento é extremamente pesada e burocrática. Sou defensor que o desporto adaptado tem que ser inserido nas Federações Desportivas existentes, aproveitando todos os recursos que possuem. Ao possuírmos um comité Paralímpico, uma Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, e as Associações Nacionais representativas de cada tipo de deficiência, leva-nos a que haja mesmo entre os atletas uma grande confusão, sobre quem contactar para tratar de determinado assunto, estando o seu raio de actuação ainda muito claro para os próprios Corpos Sociais.

Com esta estrutura os gastos são sempre a triplicar, desde contabilidades, relações públicas, despesas com Marketing, Directores Técnicos. Mesmo com estes gastos todos, com esta estrutura pesada assiste-se a lutas internas entre as ANDD, como se a conquista de um status social (a de poder dizer: tenho atletas com mais sucesso que tu, nesta área) é revoltante.

Não tenho a menor dúvida de que nunca foram gastos tantos recursos pelo estado como pelo próprio segmento privado, contudo e porque o português é prodigo em usar-se da imagem ou nome dos outros para garantir o seu sustento, nunca antes estas pessoas (portadoras de deficiência) estiveram numa situação tão má.

É urgente a realização de auditorias sérias e condenar severamente quem ao longo dos anos tem vindo a lesar estes cidadãos.

8 - No seu entender qual o papel dos técnicos, nomeadamente na área social, tem interesse?

AS – É importante, no entanto a Federação e as Associações destas modalidades não tem técnicos especializados para atletas de cadeiras de rodas, sendo que são os próprios atletas a suportar a suas custas a contratação destes para a ajuda e acompanhamento das actividades. Referiu ainda neste contexto aquando a sua preparação para obter os mínimos – tempos de prova - para acesso ao Campeonato da Europa na Holanda, ficou quartado o sua participação no mesmo por não haver Treinador que o acompanha-se...

Mais acentuou haver uma desarticulação e falta de informação entre as entidades gestoras da sua actividade desportiva, explicitamente a Federação e a ANDMOTT.

JC – A especialização do potencial humano é no meu entender sempre uma mais-valia. É importante uma rápida intervenção, junto das estruturas institucionais existentes juntamente destes mesmos técnicos que possuem bagagem e capacidade de no terreno trabalhar nesta área. É importante fazer uma gestão eficaz dos parques recursos existentes e cativar cada vez mais a sociedade civil a ter um papel activo, na qualidade de vida de todos.

9 - Foi útil/ interessante colaborar neste trabalho académico?

AS – Nas suas palavras *Têm sempre interesse a participação em trabalhos académicos que valorizam a nossa actividade* não só na ajuda que prestam a este trabalho académico como também na divulgação actualmente dos preparativos para os jogos paralímpicos de Londres em 2012, em que ele pretende *representar condignamente Portugal ao mais alto nível*. Como também com a apresentação pública deste trabalho, quer em sede académica e fora desta poderá na sua modesta contribuição angariar apoios tão importantes e necessários para a prossecução desta actividade – desporto adaptado em cadeiras de rodas – ciclismo.

JC – *É-me gratificante encontrar, nesta “caminhada” da vida, pessoas que são capazes de olhar em seu redor e sentirem que algo precisa de ser mudado.*

Qual o sentido da vida e da passagem neste mundo, se quando o deixarmos, pouco ou nada, contribuímos para que ele pudesse ser um pouco melhor.

Saber que este trabalho irá estar disponível a toda uma sociedade e que poderá acima de tudo, alertar para uma intervenção urgente para que a degradação social do desporto adaptado nacional (veículo universal da integração da pessoa portadora de deficiência), não continue num ciclo viciado, que não nos levará a lado algum a médio prazo.

10 - O reconhecimento do vosso empenho é ou têm sido valorizados? Socialmente e economicamente?

AS – Socialmente face às várias respostas efectuadas, já foi respondido afirmativamente e de forma abrangente nas anteriores questões.

No entanto demonstrou uma forte convicção que *Portugal pode aceder e concorrer a lugares cimeiros nos Campeonatos que aí vem pois a sua determinação e competente participação poderá assim como a dos seus colegas – atletas paralímpicos – obterem várias medalhas de Ouro, Prata Bronze como vem acontecendo nos Campeonatos do Europa e do Mundo dos Paralímpicos.*

No entanto lamenta viamente o pouco apoio institucional nomeadamente *dos órgãos de comunicação social que votam ao total desprezo o(s) seu(s) desempenho(s)*, vitórias e as consequentes e numerosas Medalhas (Ouro, Prata e Bronze) que estes Atletas trazem para Portugal.

Quanto à parte económica muito haveria ainda para escarpulizar, desde o transporte da *cadeira de rodas de competição ter sido completamente danificada em transporte aéreo sem qualquer assunção de responsabilidades quer pela empresa de aviação quer pelos órgãos dirigentes*, bem pelo contrário até *desapoio e desinformação em vésperas de partida para Pequim*. Os apoios económicos ainda que insuficientes e parcos, tardios nas suas divisões estando no presente com *atrasos na ordem nos nove meses, etc, etc*.

JC – *Socialmente o empenho do meu trabalho é retribuído através dos sorrisos das pessoas que vou ajudando a reintegrar através do desporto.*

Se a pergunta era direccionada para aquilo que fiz na minha carreira desportiva, a resposta é não. Como foi respondido numa das questões em cima.

Economicamente posso dizer que apesar de possuir uma profissão desde 2002, pouco ou nada me chega para fazer face ao pagamento das despesas ainda resultantes das cirurgias realizadas. Ainda hoje apesar destas dificuldades faço cerca de 500 Km semanais a minhas expensas para estar a acompanhar os projectos que abracei.

Lutar para as próximas gerações não tenham que passar por este mesmo cenário, é o principal objectivo. Afinal, somos cidadãos de plenos direitos e que deveríamos de usufruir da igualdade de oportunidade para todos.

3. Análise das entrevistas

Ainda em estado de turbulência mental, apesar de alguns já vividos nesta nossa vida terrena, com as palavras sentidas que ouvimos destes dois **Atletas da Vida** com letra grande, é-nos extremamente difícil reflectir e analisar as duas entrevistas efectuadas.

Efectivamente aquando dos estudos da licenciatura que o autor deste trabalho aproximou, sempre nos nortearam os vários Discentes das cadeiras efectuadas da necessidade constante e imperiosa que os técnicos, no caso, os Assistentes Sociais e não só deveriam sempre no cabal exercício das suas funções, ter um completo destacamento com os utentes, e com as vidas e problemáticas que viriam a trabalhar.

No entanto, tal não nos foi possível na realização deste trabalho, pois é de pessoas que falamos e não de coisas ou números, que se limitam a quantificar ou enumerar. Dizendo isto, a conjugação do mesmo sentido de ambos os respondentes é concordante, sendo que as suas mobilidades/deficiências motoras são bastante diferentes, mas na actividade de desporto ciclismo adaptado são praticamente iguais.

A ausência formal de apoios pecuniários directos para o desenvolvimento das suas actividades, concretamente na aquisição dos equipamentos e materiais de constante desgaste, acrescendo ainda o elevado custo dos mesmos e ausência de fornecedores em Portugal, leva a que esta actividade seja extremamente onerosa e só com a persistência e abganação das suas vidas pessoais vão ou tenham tido conseguido obter tantas vitórias em Portugal e no estrangeiro.

Retira-se ainda destas a firme proposição de que a excessiva carga burocrática de várias entidades “hierárquicas” na gestão dos recursos financeiros que são disponibilizados para os Atletas paralímpicos é de todo “esgotado” por estas últimas, resultando numa falta de transparência e real apoio às actividades deste.

Relembro a dados recolhidos, que aquando os jogos paralímpicos de Pequim em 2008, Portugal fez-se representar com uma delegação de 89 pessoas sendo que somente 33 eram Atletas Paralímpicos, dois massagistas e outros técnicos/ treinadores...e muitos outros restantes...colaboradores.

Ambos os respondentes também coincidiram porquanto um reconhecimento social das suas valorosas prestações desportivas, enquanto atletas de Ciclismo adaptado, ainda que momentaneamente no auge dos acontecimentos, pois a percursos futuros são constantemente esquecidos pelos órgãos da tutela reponsáveis, departamentos desportivos bem como órgãos de comunicação social pública ou privadas passando por vezes completamente ao esquecimento como nos dá e cito “Após o Campeonato (2006), fui lixo” sobre o João Correia no *Jornal de Noticias* de 2/12/2010 artigo assinado pela jornalista Ana Correia Costa.

A ausência de técnicos qualificados para o apoio no treino, exercício físico e de saúde é ainda muito incipiente e os poucos que existem são por vezes de outras nacionalidades, o que resulta em grandes esforços financeiros, pois são suportados praticamente só e tão pelos próprios atletas. Entendimento comum de ambos os respondentes.

Faça ao acima sintetizado sobre as entrevistas feitas passarão para as conclusões deste trabalho em ponto posterior a sùmula destas.

CONCLUSÃO

Se numa primeira fase deste trabalho se explorou os vários pontos ligados ao tema do desporto em geral, numa segunda fase abordou-se a o desporto com vector de inserção social e de seguida enquadrou-se estas temáticas ao centralizar no mundo dos atletas paralímpicos, suas vitórias, constrangimento e oportunidades de inclusão social.

O contributo dos atletas Alexandrino Silva e João Correia permitiu compreender mais profundamente o acima dito, quer numa perspectiva pessoal quer numa perspectiva do foro social. Neste enquadramento, quando se fala de deficientes ou desporto dos paralímpicos, o trabalho deve concluir salientando a **necessidade de separar duas realidades**: a dos deficientes motores, e a dos deficientes mentais. Não se trata aqui de uma qualquer ideologia de segregação mas sim, e tão só, de reconhecer efectivamente as diferenças das suas realidades — dependências ou independência de vida —, concretamente quanto às actividades desportivas. Este foi o sentimento que recolhi de ambos os testemunhos, bem como dos contactos com outros agentes desportivos abordados.

Na prossecução deste finalizar do trabalho, constata-se que, efectivamente, o desporto do ciclismo adaptado, extrapolando para todas a actividade desportiva dos deficientes é sem dúvida uma boa forma, é de forma geral *uma boa prática de inclusão social dos cidadãos portadores seja de qualquer tipo de deficiência*. Podemos dizer ainda que grande parte da sociedade encontra-se actualmente a “lutar” — num processo que não acabou de todo — pela inclusão das pessoas portadoras de deficiência. Mas esta inclusão, e é um aspecto notável nas entrevistas presentes no estudo empírico como nos capítulos mais teóricos, é um processo de luta, um **processo demorado que precisa para a sua concretização mudar muitas formas de pensar e de actuar** dos operadores sociais em geral, desde o simples cidadão até aos decisores do poder estadual.

Posteriormente, o trabalho focou as várias vertentes do desporto adaptado, dando conhecimento dos diferentes desportos existentes e os respectivos praticantes, e da organização institucional dos mesmos no âmbito nacional e internacional. Já em 2001 no seu livro *Algumas Teses sobre o Deporto*, o Professor Manuel Sérgio alertava para os perigos do exacerbado peso da “máquina” do desporto. Igualmente ambos os atletas entrevistados confirmaram esta preocupação. Importa realçar aqui que, referido por ambos os atletas (com mais insistência por um deles), nota-se a problemática do **excesso de entidades ligadas ao desporto** como sejam as *Federações, o Comité Paralímpico e outras tantas Associações Nacionais representativas de cada tipo de deficiência* (sic), que consomem as verbas que o estado disponibiliza na gestão e remuneração destas, esquecendo-se pois o papel fundamental dos atletas, suas obrigações, despesas e sobrevivência. Pois certo é que na maioria dos casos a génese das suas deficiências não permite uma regular forma e trabalho.

Outro aspecto relevante que podemos filtrar deste trabalho é a necessidade fulcral e imediata da **formação de técnicos competentes no apoio de todas as áreas de deficiência**, pois na maior da vezes esta tem que ser solicitada a outros países, encarecendo e onerando naturalmente em muito as despesas dos atletas. Surge também como forte pista nesse sentido a credibilidade da forma de actuação que os agentes do apoio social (Assistentes Sociais) e do contributo que podem transmitir no desenvolvimento das suas actividades de rotina diárias, coadjuvadas com os meios de inserção e abrangência social, incidindo ainda numa personalização de contacto com a população alvo.

O reconhecimento social e económico que os atletas paralímpicos podem angariar, são mediaticamente momentâneos, pontuais e reconfortantes a curto prazo, e não passam disso mesmo. Os meios da comunicação social, a televisão, a imprensa, pauta-se na sua actuação profissional por um **silêncio gritante de notícias a respeito do dia a dia dos atletas paralímpicos** (com excepção da disciplina da Boccia). Este silêncio da comunicação social

merece sem dúvida mais estudos sobre os pressupostos subjacentes à notícias de desporto na imprensa, e seu impacto sobre a integração social dos cidadãos.

Não é sem fortes dúvidas profissionais e práticas, bem como científicas, que se conclui este estudo: A palavra “sensibilizar” não significa somente “dar a conhecer”. Implica que as pessoas estejam informadas e que na sua vida quotidiana não sejam indiferentes. Que tenham pelo menos a oportunidade de intervir. Em particular, é nas escolas que essencialmente se formam as nossas mentes, opções e socializações perante o que nos rodeia, e é neste contexto que o trabalho de sensibilização — um trabalho constante, e não apenas feito para adornar — deve ser feito para transmitir duas coisas simples: primeiro, a cidadania abraça todas as pessoas, com ou sem deficiências, de forma igual; segundo, que todos devem lutar para que todos possam preservar esta mesma cidadania.

BIBLIOGRAFIA

Albuquerque, B. (2007). *O Associativismo Desportivo no Concelho da Póvoa de Varzim*, Porto: Dissertação de Mestrado Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

ANACR (2011). [em linha] disponível em: <http://www.anarodas.org/> [consultado em 14/01/2011]

ANDDEMOT (2010). [em linha] disponível em: <http://www.anddemot.org.pt/> [consultado em 10/11/2010]

ANDDI (2010). [em linha] disponível em, <http://www.anddi.pt/> [consultado em 10/11/2010]

ANDDVIS (2010). [em linha] disponível em, <http://www.anddvis.org.pt/> [consultado em 10/11/2010]

Baptista, I. et al. (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.

Barata, T. et al. (1997). *Actividade Física e Medicina Moderna*. Odivelas: Europress.

Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais – Cadernos Democráticos*, Lisboa: Gradiva.

Cândido, R. (2001). *Sydney 2000, Livro d'Ouro: Jogos Paralímpicos de Sydney 2000, 18 dias de Glória*, Lisboa: Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

Carvalho, A. (2001). *O Clube Desportivo Popular: função social, inovação, cultura e desenvolvimento*, Porto: Campo das Letras.

Casqueira Cardoso, J. (2007). *Direito, Desporto e Igualdade de Oportunidades na Europa*, Actas do V Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural (Maia, 25 a 27 de Outubro): AGIR (www.agir.pt).

CDP (2010). [em linha] disponível em, <http://www.cdp.pt/> [consultado em 14/12/2010]

Comissão (2007). *Livro Branco sobre o Desporto*, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

COP (2010) [em linha] disponível em, <http://www.comiteolimpicoportugal.pt/> [consultado em 14/12/2010]

Correia, J. (2011). [em linha] disponível em, <http://www.joaocorreia.com/> [consultado em 14/01/2011]

Cunha, L. (1997). *O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento*. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

Direcção de Serviços de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (2005), Citizens of European Union and Sport, *Revista do Desporto*, n.º1 (Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, Instituto do Desporto de Portugal).

Fortin, M. (1999). *O processo de Investigação: Da Concepção à realização*, trad. Nídia Salgueiro, Loures: Lusociências.

FPDD (Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes)(2010a), Plano de Actividades e Orçamento 2009/2010.

FPDD (Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes)(2010b). [em linha] disponível em, <http://fpdd.org/main.php> [consultado em 10/11/2010]

GMTSS *et al.* (2006). *PNAI – Plano Nacional para a Inclusão Social 2006-2008*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

GMTSS *et al.* (2008). *Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Gérin-Lajoie, D. (2002). L'approche ethnographique comme méthodologie de recherche dans l'examen du processus de construction identitaire, *Canadian Modern Language Review/La Revue canadienne des langues vivantes*, Vol. 59, 1, pp. 77-96.

Hérbert, M. *et al.* (2005). *Investigação Qualitativa*, 2ª ed, col. Epistemologia e Sociedade, Lisboa: Instituto Piaget.

Lamartine, C. (1987). *A Reinvenção da Educação Física e do Desporto. Paradigmas do Lazer e da Recreação*, n.º 46, col. Desporto, Lisboa: Direcção Geral dos Desportos.

Lima, A (2009). *Projecto de Graduação: As boas práticas de inserção social no e pelo desporto*. Orientador: Professor Doutor João Casqueira Cardoso, 1º Ciclo de Estudos em Serviço Social, Unidade Curricular: Projecto de Graduação I e II, Porto: Universidade Fernando Pessoa

LPDS (2010). [em linha] disponível em: <http://www.lpdsurdos.org.pt/> [consultado em 10/11/2010]

McIntosh, P. (1974). *Atitudes para com o Desporto no Séc. XX*. col. Cultura e Desporto, n.º 6, Lisboa: Direcção Geral dos Desportos.

Meirim, J. (1997). *Colectânea de Legislação do Desporto*, Coimbra: Coimbra Editora.

Mestre, A. *et al.* (2003). *O Desporto para além do óbvio*. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

Mimoso, S. (2002), *Padrão Temporal de Ansiedade e Autoconfiança Pré-competitiva de Jogadores da Divisão A de Basquetebol em Cadeira de Rodas*, Dissertação de Mestrado em Ciência do Desporto, na área de especialização em Actividade Física Adaptada, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto. [em linha] disponível em <http://www.basquetebolcdr.no.sapo.pt> [consultado em 29/05/2011]

Olimpo (2005). *Revista do Comité Olímpico de Portugal* [em linha] disponível em, http://www.comiteolimpicoportugal.pt/attach_files/revista_file_2.pdf [consultado em 10/01/2009]

PC-AND (2010). [em linha] disponível em: <http://pcand.net78.net/index.php?module=inicio&pageid=3> [consultado em 10/11/2010]

Rosário, A. (1996). *O Desporto em Portugal – Reflexo e Projecto de uma Cultura*. col. Epistemologia e Sociedade, Lisboa: Instituto Piaget.

Sardinha, L. (2009). [em linha] disponível em: http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros%5CProf_%20Dr_%20Luis_Sardinha.pdf [consultado em 24/02/2009]

SED (1998). *Desporto e Cooperação – A cooperação Portuguesa no Domínio do Desporto*. Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.

Sérgio, M. (2001). *Algumas Teses sobre o Desporto*, col. Educação Física e Desporto/Teoria, Lisboa: Compendium, Lda.

Silva, A. (2011). [em linha] disponível em: <http://alexandrinossilva.blogspot.com/>, [consultado em 14/01/2011]

Weber, M. (1979). *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. 3ªed., trad. Carlos Grifo Babo, Porto: Editorial Presença.

Winnick, J. (2004). *Educação Física e Esporte Adaptado*. São Paulo: Manole.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de Outubro (Regime Jurídico dos Contratos - Programa de Desenvolvimento Desportivo).

Decreto-Lei n.º 432/91 de 6 de Novembro [em linha] disponível em, <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc031.pdf> [consultado em 28/04/2009]

Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (2009). [em linha] disponível em, http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc05_078_Lei_5_2007.pdf [consultado em 22/04/2009]

Lei n.º 30/2004 de 21 de Julho [em linha] disponível em, http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc05_031.pdf [consultado em 28/04/2009]

Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto).

ANEXOS

INDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Inquérito - *As Boas Práticas na Inserção Social no e pelo Desporto* - Projecto de Investigação: POPUDIS (Políticas Públicas de Inserção no e pelo Desporto)

Anexo 2 – Inquérito - Guião de entrevista

Anexo 3 - Cronograma de actividades

Anexo 1.

Inquérito - *As Boas Práticas na Inserção Social no e pelo Desporto*

Projecto de Investigação: POPUDIS (Políticas Públicas de Inserção no e pelo Desporto)

As Boas Práticas na Inserção Social no e pelo Desporto

Projecto de Investigação: POPUDIS (Políticas Públicas de Inserção no e pelo Desporto)

Neste inquérito, pretende-se comparar alguns dados relativos às *Boas Práticas de Inserção Social no e pelo Desporto*, que as várias organizações sociais aplicam diariamente. Toda a informação recolhida é anónima e será utilizada apenas para finalidades de tratamento e divulgação do projecto de investigação. Agradece-se antecipadamente a sua colaboração.

1. Refira o grau de importância do desporto no processo de integração social e desenvolvimento da pessoa (assinale uma só opção):

Por favor, assinale com **um círculo** o número que corresponde mais à sua opinião numa escala de 1 a 5.

Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
-----------------	---	---	---	---	---	------------------

2. Considera o desporto importante para a integração social destas populações?

Por favor, assinale com **um círculo** o número que corresponde mais à sua opinião numa escala de 1 a 5.

	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Crianças em risco	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Deficientes físicos	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Deficientes mentais	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Delinquentes	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Desempregados	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Estudantes	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Idosos (maiores de 65 anos)	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Jovens	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Pai/Mãe numa família monoparental	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Reclusos	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Residentes estrangeiros em Portugal	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Sem abrigos	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
Trabalhadores por conta própria	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante

3. Indique as actividades que gostaria que a sua organização implementasse:

Por favor, assinale com **um círculo** o número que corresponde mais à sua opinião numa escala de 1 a 5.

Aikido	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Andebol	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Atletismo	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Badmington	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Basquetebol	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Bicicleta	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Boccia	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Canoagem	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Futebol	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Futsal	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Ginástica Acrobática	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Ginástica Aeróbia	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Ginástica Artística	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Ginástica em Grupo	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Ginástica Rítmica	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Goalbal	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Golfe	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Hóquei	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Judo	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Karaté	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Kendo	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Rugby	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Taekwondo	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Ténis	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Trampolins	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Voleibol	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito
Outra: (especifique)	Não gostaria	1	2	3	4	5	Gostaria muito

4. No seu entender, qual a idade que deve ter uma pessoa para iniciar, de modo genérico, a prática desportiva?

Numerar por ordem **decrecente** de preferência de 1 a 5

Menos de 8 anos		26 - 45 anos	
9 - 14 anos		46 - 65 anos	
15 - 25 anos		Mais de 65 anos	

5. Considera motivador o tema deste inquérito (“As Boas Práticas de Inserção Social no e pelo desporto”)? (assinale uma só opção):

Por favor, assinale com **um círculo** o número que corresponde mais à sua opinião numa escala de 1 a 5.

Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
-----------------	---	---	---	---	---	------------------

6. Na sua organização, existe pelo menos um técnico de apoio social?

Sim Quantos? _____

Não

7. Se respondeu negativamente à pergunta anterior, considera que a presença de um técnico de apoio social na sua organização seria:

Por favor, assinale com **um círculo** o número que corresponde mais à sua opinião numa escala de 1 a 5.

Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
-----------------	---	---	---	---	---	------------------

8. Qual o formato do processo de acompanhamento social adoptado na sua organização?

Reuniões com o técnico de apoio social

Reuniões com o técnico de apoio social e outros órgãos da Rede Social.

Acompanhamento das reuniões de trabalho com outros grupos sectoriais. *

Acompanhamento/visitas das iniciativas/acções/projectos.

Acompanhamento exclusivamente à distância (por ex: aplicação de inquéritos)

Outras formas (explicitar):

* Grupos sectoriais - Rede Social; CLAS; Segurança Social; Autarquias; Associações; IPSS; etc.

9. Independentemente de existir ou não um processo de acompanhamento social na sua organização, considera que esse processo é:

Por favor, assinale com **um círculo** o número que corresponde mais à sua opinião numa escala de 1 a 5.

Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
-----------------	---	---	---	---	---	------------------

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

POR FAVOR INDIQUE OS SEUS DADOS

Idade: _____

Sexo Masculino Sexo Feminino

Habilitações Literárias:

Ensino básico Ensino secundário Curso Técnico Profissional Ensino superior

Outro Qual? _____

Distrito onde vive: _____

Anexo 2. Inquérito - Guião de entrevista

Guião de Entrevista

- Local; Idade; Habilitações; Filiação / Família; Estudos; Percurso desportivo; Percurso familiar; Função / Trabalho.

1- Quando se fala de deficientes/ deficiência como encara estas questões?

2- Quando sucedeu a fatalidade que o lançou para esta nova vida, qual o sentimento para esta?

3- O desporto foi uma forma de dar sentido à sua vida, numa perspectiva de inclusão social?

4- A “mecânica” institucional é acolhedora e atenta às vossas adversidades?

5- Qual o papel das instituições que estão filiados desempenham nas vossas actividades?

6- A realidade de hoje, face à sua integração social foi ou é correspondida?

7- A temática “Boas Práticas” no desporto como em outra qualquer actividade têm relevância para si ou para o seu relacionamento estrutural?

8- No seu entender qual o papel dos técnicos, nomeadamente na área social, tem interesse?

9- Foi útil/ interessante colaborar neste trabalho académico?

10- O reconhecimento do vosso empenho é ou têm sido valorizado? Socialmente e economicamente?

Anexo 3.

Cronograma de actividades

Cronograma de fases de elaboração do Projecto POPUDIS e Projecto de Dissertação de Mestrado
As boas práticas de inserção social no e pelo desporto – Estudo sobre os Atletas Paralímpicos

Mês/ Actividade		Revisão Bibliográfica	Estrutura do projecto	Distribuição e recolha de inquéritos	Redacção do projecto - teórica	Análise e interpretação dos dados - empírica	Discussão e tratamento de resultados	Revisão do projecto	Entrega do projecto
Setembro	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								
Outubro	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								
Novembro	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								
Dezembro	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								
Janeiro	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								
Fevereiro	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								
Março	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								
Abril	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								
Maio	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								
Junho	1ª e 2ª sem.								
	3ª e 4ª sem.								

